

**SIGMUND
FREUD**

**TEMPOS DE GUERRA
E DE MORTE**

PREFÁCIO
NINA SAROLDI

COLEÇÃO
**BIBLIOTÉCA
DIAMANTE**



**TEMPOS DE GUERRA
E DE MORTE**

Conheça os títulos da Coleção Biblioteca Diamante:

1922 e depois: Tarsila, Anita, Di e outros personagens — Mário de Andrade, Rubem Braga e Walmir Ayala

A arte da guerra e da liderança — Napoleão Bonaparte

A arte de ter razão — Arthur Schopenhauer

A decadência da mentira e outros ensaios — Oscar Wilde

A literatura, os escritores e o Leviatã — George Orwell

A mão invisível do mercado — Adam Smith

As dez melhores histórias do Decamerão — Giovanni Boccaccio

D. Benedita, Clara dos Anjos e outras mulheres — Machado de Assis e Lima Barreto

Dostoiévski — Stefan Zweig

Histórias, aforismos e profecias — Leonardo da Vinci

O artífice e outros ensaios — Virginia Woolf

O elogio do ócio e outros ensaios — Robert Louis Stevenson

O lustre — Clarice Lispector

Podem me chamar de louca — Hilda Hilst

Shakespeare e o drama — Lev Tolstói

Tempos de guerra e de morte — Sigmund Freud

Um pecador se confessa — Santo Agostinho

**SIGMUND
FREUD**

**TEMPOS DE GUERRA
E DE MORTE**

PREFÁCIO
NINA SAROLDI

TRADUÇÃO
PETÊ RISSATTI

COLEÇÃO
**BIBLIOTECA
DIAMANTE**


EDITORA
NOVA
FRONTEIRA

Título original: *Zeitgemäβes über Krieg und Tod / Jenseits des lustprinzips*

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copirraite.

EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Candelária, 60 — 7º andar — Centro — 20091-020

Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Tel.: (21) 3882-8200

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F889t Freud, Sigmund

Tempos de guerra e de morte / Sigmund Freud ; tradução
de Petê Rissatti. – 2.ed. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2021.
(Biblioteca Diamante)

Formato: e-book com 868 KB

Título original: *Zeitgemäβes über Krieg und Tod / Jenseits des lustprinzips*

ISBN: 9786556403601

1. Primeira guerra mundial – ensaios. I. Rissatti, Petê.
II. Título.

CDD: 940

CDU: 94“1914/1918”

André Queiroz – CRB-4/2242

SUMÁRIO

Capa

Outros títulos da coleção

Folha de rosto

Créditos

Os oportunos alertas do doutor Freud · Nina Saroldi

Considerações contemporâneas sobre a guerra e a morte

I. A desilusão da guerra

II. Nosso comportamento em relação com a morte

Além do princípio do prazer

Sobre o autor

Colofão

OS OPORTUNOS ALERTAS DO DOUTOR FREUD

NINA SAROLDI

Muitos afirmam que a crise causada pela pandemia da Covid-19 nos colocou em um estado de guerra. Mortos contados aos milhares, adoecidos e sequelados, idem. Como se não bastasse, negócios e empregos desapareceram, deixando um sem-número de pessoas em situação economicamente desesperadora. Tudo sob o pano de fundo de uma mudança climática que assume, a cada dia, facetas mais catastróficas e ameaça a sobrevivência da espécie humana no planeta.

De modo oportuno, a editora Nova Fronteira traz ao leitor, em novas traduções, dois ensaios de Freud nos quais o tema da guerra é central, embora tratado de maneiras diferentes. No primeiro, “Considerações atuais sobre a guerra e a morte”, de 1915, Freud sistematiza reflexões sobre a Primeira Guerra Mundial em curso valendo-se, como de praxe nos textos de sua obra classificados de “culturais”, de uma metodologia que equipara o que se passa no indivíduo e o que se passa no grupo, ou na espécie. A ontogênese se liga à filogênese na teoria freudiana, e, neste ensaio, escrito ao rascar das baionetas, ao troar dos canhões e impregnado da contagem de mortos com a qual nós, aliás, já nos acostumamos, não é diferente. Trata-se, portanto, de um escrito que conjuga o desabafo do autor em relação ao horror que se passa em seu entorno a uma reflexão antropológica e, como sói acontecer, a uma exposição da teoria psicanalítica que, precisamente neste ano, se tornará mais clara devido à fundamentação realizada pelo

autor com a produção, em verdadeiros “jatos” epistemológicos, dos artigos que compõem a chamada *Metapsicologia*.

No texto de 1920, “Além do Princípio do Prazer”, de caráter mais clínico do que o primeiro, Freud rompe com a chamada Primeira Tópica, que considerava o dualismo entre pulsões de autopreservação e pulsões sexuais um operador central para o funcionamento psíquico. A partir das experiências cotidianas no tratamento com soldados recém-retornados da guerra, de observações da brincadeira de seu neto (que encenava a experiência dolorosa de desaparecimento e reaparecimento da mãe), da repetição na transferência analítica, bem como da psicofísica e da psicofisiologia de Gustav Fechner, Freud inaugura um novo momento — inaceitável, para alguns de seus discípulos — da teoria psicanalítica, substituindo o dualismo inicial pelo dualismo entre *Eros* e *Thânatos*, ou entre pulsões de vida e a pulsão de morte.

Não cabem, nos limites desta breve apresentação, explicações sobre o longo caminho — que passa pela construção de uma espécie de “mito biológico” acerca de uma “vesícula” e de suas interações com o meio ambiente, organismo este que teria dado origem, após uma lenta evolução, ao aparelho psíquico — mas sim ressaltar que, confirmando intuições já presentes no texto de 1915, Freud afirma a anterioridade de um impulso destrutivo, que se expressa como uma “compulsão à repetição”, sobre o princípio do prazer no psiquismo humano. É somente a partir deste novo conceito, que afronta qualquer visão “rousseauniana” da natureza humana, que Freud pode compreender a *função* da insistência, aparentemente “masoquista”, dos sonhos traumáticos para o funcionamento psíquico, por exemplo. Da mesma forma, é somente à luz do impulso de morte que se torna possível compreender, nas brincadeiras infantis, a repetição de experiências desagradáveis, tais como as vividas em um consultório médico.

Tanto no caso dos sonhos traumáticos quanto no das brincadeiras, trata-se de repetir, de maneira paradoxalmente ativa (para quem desconhece as “razões” do inconsciente), o que foi experimentado de modo passivo. Neste contexto, o recurso a ideias canceladas pela biologia e pela fisiologia, como a da tendência à homeostase nos organismos vivos, e o uso do modelo do arco reflexo para explicar o fenômeno do prazer servem para conduzir à conclusão de que os seres vivos sentem profunda e persistente atração pela morte, entendida claramente como um retorno ao inanimado, à ausência

total de excitação, com a importantíssima ressalva de que, no entanto, cada organismo quer morrer do seu próprio jeito, à sua moda. Não por bala perdida ou por contaminação.

Em suas considerações sobre a guerra, em 1915, Freud comenta a sensação, partilhada por tantos em sua época, de decepção com o ser humano. Para disfarçar o que vem depois e ganhar nossa atenção, o psicanalista repete a mesma cantilena entoada por tantos de nós: “como é possível, depois de tantos progressos tecnológicos e sociais, tamanho retrocesso!” Ora, ora, alerta o doutor Freud tragando seu cachimbo e meneando a cabeça: “se em algum momento você acreditou que a civilização estava garantida, o iludido é você!” E, antecipando questões que depois seriam trabalhadas em textos como “Psicologia das massas e análise do eu” e “O mal-estar na civilização”, ele afirma a precariedade da suposta maturidade, do suposto agir racional dos adultos. Em suas palavras, “o psíquico primitivo é, no sentido mais pleno, imperecível”. Ou seja, a criança que tortura animais não morreu dentro do adulto ativista dos direitos destes mesmos animais; ao contrário, onde quer que se encontre um direcionamento para o “bem”, pode-se contar que, lá no início do desenvolvimento do sujeito, impulsos intensamente destrutivos tiveram de ser dominados.

Mas e as luzes da Razão que nos trouxeram o sistema jurídico, a arte, remédios e vacinas? Estas existem, claro, e seu uso para os fins da convivência pacífica entre os homens deve ser incentivado pela educação e pela cultura, sem que se perca de vista que, à primeira ameaça, diante de uma “excitação sentimental” insuportável, entra em cena o que o autor chamou de “cegueira lógica”, e que nós bem poderíamos chamar de negacionismo.

Em 1915, 1920 ou no século XXI, o que a guerra e a pandemia desvelaram é a nossa “hipocrisia cultural”. Acreditamos firmemente, desde o inconsciente, que somos imortais. Passamos a vida a rebaixar a morte, desconsiderando seu caráter necessário e falando dela como se fosse uma casualidade. Envolvemos a morte num sem-fim de motivos: idade avançada, doença... E ainda glorificamos qualquer falecido como se, ao morrer, ele tivesse feito algo de verdadeiramente heroico. O que a guerra e as pandemias fazem, por meio do excesso de presença da morte, é abalar nossa atitude convencional diante dela, é complicar as elaborações “razoáveis”

sobre sua ocorrência. Ainda pior, na guerra como na pandemia, os fatos teimam em desafiar nossa onipotência imaginária. Mas não será justamente este momento uma oportunidade para o abandono de ilusões e uma retomada mais lúcida e realista da vida? Obrigada pelas lições, Sigmund.

CONSIDERAÇÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE A GUERRA E A MORTE

1915

I. A desilusão da guerra

Enredados pelo vórtice deste tempo de guerra, informados de modo unilateral, sem a distância das grandes mudanças que já ocorreram ou estão começando a ocorrer e sem qualquer previsão do futuro que se molda, ficamos confusos com o significado das impressões que se impõem a nós e o valor dos julgamentos que formamos. Quer nos parecer que nunca um evento destruiu tanto dos preciosos bens comuns da humanidade, confundiu tantas das mais esclarecidas inteligências, degradou tão fundamentalmente o que havia de elevado. Até mesmo a ciência perdeu sua imparcialidade desapaixonada; seus servos profundamente amargurados procuram tirar-lhes as armas para contribuir na luta contra o inimigo. O antropólogo deve declarar o oponente inferior e degenerado; o psiquiatra, proclamar o diagnóstico de sua perturbação psíquica ou espiritual. Mas provavelmente sentimos o mal desta época com força desmedida e não temos o direito de compará-lo ao mal de outros tempos que não vivenciamos.

O indivíduo que não se tornou um combatente e, portanto, uma partícula do enorme maquinário da guerra, se sente desconcertado em sua orientação e inibido em sua capacidade de desempenho. Com isso quero dizer que será bem-vindo qualquer pequeno indício que lhe facilite sua reorientação, ao menos em seu íntimo. Dentre as circunstâncias que

causaram a miséria psíquica daqueles que ficaram em casa, cujo enfrentamento se lhes mostra uma tarefa tão difícil, gostaria de destacar duas e abordá-las neste momento: a desilusão que esta guerra causou e a mudança de atitude perante a morte que ela — como todas as outras guerras — nos força a ter.

Quando falo de desilusão, todos sabem imediatamente o que estou querendo dizer. Não é necessário ser um entusiasta da compaixão; é possível ver a necessidade biológica e psicológica do sofrimento para a economia da vida humana e, ainda assim, se pode julgar os meios e os objetivos das guerras e ansiar pelo seu fim. Dizia-se, a bem da verdade, que as guerras não poderiam terminar enquanto os povos vivessem em condições tão diversas de existência, enquanto suas avaliações da vida individual divergissem amplamente e enquanto os ódios que os separavam representassem forças pulsionais psíquicas tão fortes. Assim, houve uma preparação para o fato de que, durante um bom tempo, ainda ocupariam a humanidade guerras entre povos primitivos e civilizados, entre raças humanas que se diferenciavam umas das outras pela cor da pele, guerras, pois, contra e entre os indivíduos de povos pouco desenvolvidos ou asselvajados da Europa. Mas ousou-se esperar algo diferente. Das grandes nações da raça branca que dominam o mundo, às quais coube a liderança do gênero humano, conhecidas por se ocuparem com o cuidado em relação aos interesses mundiais, e cujas criações são os progressos técnicos no domínio da natureza assim como os valores culturais artísticos e científicos; desses povos se esperava que soubessem resolver por outros caminhos divergências e conflitos de interesses. Dentro de cada uma dessas nações, normas morais elevadas foram estabelecidas ao indivíduo, segundo as quais ele deveria organizar sua vida se quisesse participar da comunidade da cultura. Essas prescrições, muitas vezes exageradas em sua severidade, exigiam muito dele, uma autocontenção imensa e uma ampla renúncia à satisfação pulsional. Era-lhe sobretudo impedido de aproveitar as vantagens extraordinárias que o uso da mentira e da fraude cria na concorrência com os semelhantes. O Estado da cultura considerava essas normas morais a base de sua existência e interferiria seriamente se alguém ousasse infringi-las, muitas vezes declarando ser impraticável submetê-las até mesmo a um escrutínio crítico. Era de se supor, portanto, que ele próprio a quisesse respeitar e não pretendesse fazer nada contra ela, pelo que teria contradito a fundamentação de sua própria

existência. Por fim, podia-se ter a percepção, é verdade, de que dentro dessas nações da cultura havia determinados resíduos disseminados de povos, tidos, em geral, por indesejados e, portanto, apenas a contragosto, e não por completo, autorizados a participar do trabalho da cultura universal para o qual tinham se provado suficientemente adequados. Mas os próprios grandes povos, pode-se pensar, teriam adquirido tanto entendimento por suas semelhanças e tanta tolerância por suas diferenças que “estrangeiro” e “hostil” não podiam mais se fundir para eles em um conceito, como ainda acontecia na Antiguidade clássica.

Confiando nessa unificação dos povos da cultura, inúmeras pessoas trocaram o local de residência em sua pátria por uma estadia no estrangeiro e conectaram sua existência às relações de troca entre os povos amigos. Aquele, porém, que não se via limitado ao mesmo lugar pela adversidade da vida podia constituir, com todas as vantagens e estímulos dos países da cultura, uma pátria cívica nova e maior para si em que se sentisse desinibido e insuspeito. Ele apreciava, assim, o mar azul e cinza, a beleza das montanhas de neve e os prados verdes, a magia da floresta nórdica e o esplendor da vegetação do sul, a atmosfera das paisagens nas quais repousam grandes memórias históricas e o silêncio da natureza intocada. Para ele, essa nova pátria cívica também era um museu, repleto de todos os tesouros que os artistas criaram e deixaram para a humanidade aculturada durante muitos séculos. Enquanto vagava de uma sala desse museu para outra, era capaz de determinar, com uma apreciação imparcial, quais tipos diferentes de perfeição a miscigenação a história e as peculiaridades da Mãe Terra haviam desenvolvido em seus novos compatriotas. Aqui, a energia fria e indomável era desenvolvida ao mais alto grau; lá, a graciosa arte de embelezar a vida, em outros lugares, o sentido de ordem e lei ou outras qualidades que fizeram do ser humano o senhor da Terra.

Não esqueçamos também que cada cidadão do mundo da cultura criou para si um “Parnaso” e uma “Escola de Atenas” particulares. Entre os grandes pensadores, poetas e artistas de todas as nações, ele escolheu aqueles a quem acreditava dever o melhor daquilo que lhe era acessível em termos de prazer e compreensão da vida, e os associou aos antigos imortais em sua reverência, bem como aos mestres confiáveis de sua própria língua. Nenhum desses grandes lhe parecia estranho porque ele tinha falado em uma língua diferente, nem o incomparável explorador das paixões humanas,

nem o entusiasta inebriado de beleza ou o poderoso profeta ameaçador, o zombador sutil, e ele nunca se acusou de deserção de sua própria nação e de sua amada língua materna.

A diversão da comunidade da cultura era ocasionalmente perturbada por vozes que alertavam que, como resultado das diferenças tradicionais, as guerras também seriam inevitáveis entre seus membros. Não se queria acreditar nisso, mas como imaginar uma guerra dessas se ela acontecesse? Como uma oportunidade de mostrar o progresso do sentimento comunitário desde a época em que as anfictionias gregas proibiram a destruição de qualquer cidade da aliança, a derrubada de suas oliveiras e o corte de suas águas. Como uma peleja armada de cavaleiros que queria se limitar à superioridade de uma parte, evitando sofrimentos severos que em nada poderiam contribuir para esta decisão, poupando totalmente o ferido, que deve ser excluído da luta, e o médico e o enfermeiro, que se dedicam ao seu restabelecimento. Seria dada toda a devida consideração, é claro, à parte não combatente da população, às mulheres que permanecem distantes do ofício da guerra e às crianças que, à medida que crescerem, se tornarão amigas e ajudantes de ambos os lados. Também se preservariam todas as empresas e instituições internacionais nas quais a comunidade da cultura dos tempos de paz estava incorporada.

Essa guerra ainda conteria o suficiente daquilo que era terrível e difícil de suportar, mas não interromperia o desenvolvimento das relações éticas entre os grandes indivíduos da humanidade, os povos e os Estados.

A guerra na qual não queríamos acreditar eclodiu e trouxe a desilusão. Não é apenas mais sangrenta e com mais perdas que qualquer uma das guerras anteriores, como consequência das armas poderosamente aperfeiçoadas de ataque e defesa, mas também pelo menos tão cruel, amargurada e implacável quanto qualquer outra anterior. Ela descarta todas as restrições com as quais as pessoas se comprometeram em tempos de paz, o que tem sido chamado de Direito Internacional, não reconhece as prerrogativas do ferido e do médico, a distinção entre a parte pacífica e a combatente da população, tampouco as reivindicações de propriedade privada. Com uma fúria cega, derruba tudo o que está no caminho, como se não devesse haver futuro nem paz entre os seres humanos depois dela. Rompe todos os laços de comunidade entre os povos em luta e ameaça deixar uma amargura que tornará impossível reconectá-los por muito tempo.

Também trouxe à luz o fenômeno quase incompreensível de que os povos da cultura se conhecem e se entendem tão pouco que um pode se voltar contra o outro com ódio e nojo. Sim, dado que uma das grandes nações da cultura é tão universalmente impopular que, com a pecha de “bárbara”, pode-se tentar excluí-la da comunidade da cultura, mesmo que já tenha provado sua adequação por meio das mais esplêndidas contribuições. Vivemos na esperança de que uma historiografia imparcial prove que essa mesma nação, em cuja língua escrevemos, por cuja vitória nossos entes queridos lutam, violou ao menos as leis da moralidade humana, mas quem tem permissão nessa hora de agir como juiz em causa própria?

Os povos são aproximadamente representados pelos Estados que eles formam; e esses Estados, pelos governos que os conduzem. Nessa guerra, o membro individual do povo pode descobrir com horror o que ocasionalmente se queria impor a ele em tempos de paz, que o Estado proibisse os indivíduos de usarem a injustiça, não porque quisesse aboli-la, mas porque queria monopolizá-la, como o sal e o tabaco. O Estado beligerante liberta-se de toda injustiça e violência que desonraria o indivíduo. Ele faz uso não apenas da astúcia permitida, mas também de mentiras conscientes e do logro deliberado contra o inimigo, e isso em uma medida que parece exceder o que era costume nas guerras anteriores. O Estado exige o máximo em obediência e sacrifício de seus cidadãos, mas, ao fazer isso, os incapacita por meio de um excesso de sonegação de informação e de uma censura na comunicação e na manifestação de opinião, fazendo com que o humor de pessoas intelectualmente tão oprimidas fique indefeso diante de qualquer situação desfavorável e qualquer rumor tumultuoso. Ele se liberta de promessas e tratados com os quais havia se vinculado perante os outros Estados, e confessa descaradamente sua ganância e sede de poder, a qual, então, o indivíduo tem que abonar por patriotismo.

Não se objeta o argumento de que o Estado não pode renunciar ao uso da injustiça, já que assim se poria em desvantagem. Para o indivíduo, o cumprimento das normas morais e da renúncia ao uso do poder brutal também costuma ser muito desvantajosa, e o Estado raramente se mostra capaz de compensar o indivíduo pelo sacrifício que exigiu dele. Não deve surpreender que o afrouxamento de todas as relações morais entre os grandes indivíduos da humanidade tenha apresentado um efeito retroativo sobre a moralidade do indivíduo, pois nossa consciência moral não é o juiz

intransigente que os eticistas afirmam, esta é, em sua origem, “*medo social*” e nada mais. Onde a comunidade suprime a recriminação, cessa a repressão dos apetites malignos e as pessoas cometem atos de crueldade, malícia, traição e brutalidade, que só poderiam ser considerados incompatíveis com seu nível cultural.

Assim, é possível que o cidadão do mundo da cultura, que mencionei anteriormente, fique desamparado em um mundo tornado estranho para ele; sua grande pátria civil, desintegrada; seus bens comuns, devastados; e seus concidadãos, divididos e humilhados!

Para a crítica de sua desilusão, algumas coisas teriam de ser notadas. Tomada rigorosamente, ela não se justifica, pois consiste na destruição de uma ilusão. As ilusões nos são recomendadas pelo fato de nos pouparem sentimentos de desprazer e nos permitirem, em seu lugar, gozar de satisfação. Temos, então, de aceitar sem reclamações que, em algum momento, elas se chocam com uma parte da realidade na qual se despedaçam.

Duas coisas nesta guerra despertaram nossa desilusão: a pouca moralidade dos Estados quanto ao exterior, embora se comportem internamente como guardiães das normas morais, e a brutalidade na conduta de indivíduos que, como participantes da mais elevada cultura humana, não se acreditaria serem capazes de fazer algo semelhante.

Começemos com o segundo ponto e tentemos exprimir em uma única frase curta a visão que estamos querendo criticar. Como alguém imagina propriamente, pois, o processo pelo qual uma pessoa singular atinge um nível superior de moralidade? A primeira resposta provavelmente será: “Ele é bom e nobre justamente desde o nascimento, desde o começo.” Essa resposta não deve ser levada em consideração neste caso. Uma segunda consistirá na sugestão de que deve haver aqui um processo de desenvolvimento e suporá, talvez, que esse desenvolvimento consiste no fato de que as inclinações malignas do ser humano vão sendo erradicadas nele e, sob a influência da educação e do ambiente cultural, substituídas por inclinações para o bem. Então, pode-se ficar surpreso de que, em alguém tão educado, o mal volte a aparecer com tanta força.

Mas essa resposta contém também a frase que queremos contradizer. Na realidade, não há “erradicação” do mal. A investigação psicológica — em sentido mais estrito, a psicanalítica — mostra, ao contrário, que a essência

mais profunda do ser humano consiste em impulsos pulsionais, de natureza elementar, que são do mesmo tipo em todos os seres humanos e visam à satisfação de determinadas necessidades originárias. Esses impulsos pulsionais não são, em si, nem bons nem maus. Somos nós que classificamos a eles e a suas expressões dessa forma, de acordo com sua relação com as necessidades e exigências da comunidade humana. Deve-se admitir que todos os impulsos considerados maus pela sociedade — tomemos como seus representantes os egoístas e os cruéis — figuram entre esses impulsos primitivos.

Esses impulsos primitivos percorrem um longo caminho no desenvolvimento até serem ativados nos adultos. Eles são inibidos, direcionados a outras metas e âmbitos, fundem-se uns com os outros, mudam seus objetos, às vezes se voltam contra a própria pessoa. As formações de reação contra certos impulsos simulam a transformação de seu conteúdo, como se o egoísmo tivesse se tornado compaixão, e o altruísmo, crueldade. Essas formações de reação beneficiam-se do fato de que alguns impulsos pulsionais aparecem quase desde o início em pares opostos, uma relação muito rara que é estranha ao conhecimento popular e tem sido chamada de “ambivalência de sentimento”. O fato mais fácil de observar e entender é o de que, muitas vezes, o amor e o ódio intensos ocorrem simultaneamente na mesma pessoa. A psicanálise acrescenta não ser raro que ambos os impulsos de sentimentos opostos tomem a mesma pessoa por objeto.

É somente depois de superar todos esses “destinos das pulsões” que se forma o que foi chamado de caráter de uma pessoa, e o que só pode ser classificado, como se sabe, de forma muito insuficiente, de “bom” ou “mau”. É raro que a pessoa seja boa ou má como um todo. Em geral, se é “bom” nesta relação e “mau” em outra; ou “bom” sob tais condições externas, enquanto, sob outras, decididamente “mau”. O que é interessante é a experiência de que a preexistência de fortes impulsos “maus” na criança com frequência se torna a condição para um direcionamento particularmente claro do adulto para o “bom”. As crianças mais fortemente egoístas podem se tornar os cidadãos mais prestativos e abnegados; a maioria dos entusiastas da compaixão, filantropos e ativistas dos direitos dos animais se desenvolveu a partir de pequenos sádicos e torturadores de animais.

A transformação dos “maus” impulsos é obra de dois fatores atuando no mesmo sentido, um interno e outro externo. O fator interno consiste na influência dos maus impulsos — digamos, egoístas — pelo erotismo, pela necessidade humana de amor no mais amplo sentido. Adicionando à mistura os componentes *eróticos*, os impulsos egoístas são transformados em *sociais*. Aprende-se a estimar ser amado como uma vantagem, vantagem pela qual se pode renunciar a outras. O fator externo é a coação da educação, representada pelas demandas do ambiente cultural e continuada, então, na influência direta exercida pelo meio cultural. A cultura foi conquistada pela renúncia à satisfação pulsional e exige de cada recém-chegado a mesma renúncia. Durante a vida individual ocorre uma transformação constante da coação externa em coação interna. As influências culturais fazem com que, cada vez mais, os esforços egoístas sejam transformados em altruístas, sociais, pelo acréscimo de elementos eróticos. Pode-se supor, por fim, que toda coação interna que se afirma no desenvolvimento humano, originalmente — ou seja, dentro *da história da humanidade* — era apenas uma coação externa. As pessoas que nascem hoje têm uma certa tendência (disposição) de transformar pulsões egoístas em pulsões sociais, e fazem isso como uma organização herdada, bastando um leve incentivo para realizarem essa transformação. Outra parte dessa transformação pulsional deve ser realizada na própria vida. Dessa forma, a pessoa individual não está apenas sujeita à influência do meio cultural que lhe é contemporâneo, mas também à influência da história cultural de seus ancestrais.

Se chamamos a capacidade de uma pessoa de transformar suas pulsões egoístas sob a influência do erotismo de *aptidão cultural*, podemos dizer que esta consiste em duas partes, uma inata e outra adquirida em vida, e que a relação entre as duas e a parte da vida pulsional que permaneceu inalterada é muito variável.

Em geral, estamos inclinados a dar elevada importância à parte inata e, além disso, corremos o perigo de superestimar a aptidão cultural geral em relação à vida pulsional que permaneceu primitiva — ou seja, somos levados a julgar as pessoas “melhores” do que realmente são. Há, de fato, outro fator que obscurece nosso julgamento e falsifica o resultado no sentido mais favorável.

É evidente que os impulsos pulsionais de outra pessoa estão apartados de nossa percepção. Nós os inferimos a partir de suas ações e comportamento,

que remontamos a *motivos* de sua vida pulsional. Tal inferência está necessariamente errada em diversos casos. As mesmas ações “boas”, a saber, quanto à cultura, podem, em alguns casos, advir de motivos “nobres”, em outros, não. Os teóricos da ética chamam de “boas” apenas as ações que são a expressão de impulsos pulsionais bons, negando o mesmo reconhecimento às outras. A sociedade, guiada por intenções práticas, em geral não está preocupada, porém, com essa distinção, contentando-se com o fato de que uma pessoa dirige seu comportamento e ações de acordo com os preceitos da cultura e pouco questiona seus motivos.

Ouvimos que a *coação externa*, exercida sobre a pessoa pela educação e pelo meio ambiente, introduz uma nova transformação na sua vida pulsional para o bem, uma mudança do egoísmo para o altruísmo. Mas este não é o efeito necessário ou regular da coação externa. A educação e o meio ambiente não devem apenas oferecer prêmios de amor, mas também trabalhar com prêmios e vantagens de outros tipos, com recompensas e castigos. Podem, portanto, expressar o efeito de que a pessoa sujeita à sua influência decida agir bem no sentido cultural, sem que tenha ocorrido nela nenhum refinamento pulsional, uma conversão de inclinações egoístas em sociais. O sucesso será, *grosso modo*, praticamente o mesmo; somente em circunstâncias especiais será demonstrado que alguém sempre age bem porque suas inclinações pulsionais o compelem, e que o outro só é bom porque, enquanto e na medida em que esse comportamento cultural traz vantagens para suas intenções. Conhecendo, contudo, o indivíduo apenas superficialmente, não teremos meios de distinguir os dois casos, e sem dúvida seremos seduzidos por nosso otimismo a superestimar bastante o número de pessoas culturalmente mudadas.

A sociedade da cultura, exigindo a boa ação e não se preocupando com seu fundamento pulsional, conquistou para a obediência cultural grande número de pessoas que não seguem sua natureza. Encorajada por esse sucesso, ela se deixou ser tentada a tensionar os requisitos morais ao máximo e, assim, forçou seus participantes a se distanciarem ainda mais de sua disposição pulsional. Uma supressão pulsional contínua é-lhe imposta agora, cuja tensão se manifesta nos mais curiosos fenômenos reativos e compensatórios. No campo da sexualidade, em que é mais difícil exercer tal repressão, surgem os fenômenos de reação às aflições neuróticas. De resto, ainda que a pressão da cultura não produza quaisquer consequências

patológicas, ela se manifesta em distorções de caráter e na constante propensão das pulsões inibidas irromperem buscando a satisfação sempre que surge a oportunidade. Quem é obrigado a reagir constantemente segundo os preceitos que não são a expressão de suas inclinações pulsionais vive, do ponto de vista psicológico, acima de seus meios e pode objetivamente ser chamado de hipócrita, esteja ele claramente ciente dessa diferença ou não. É inegável que nossa cultura contemporânea favorece em muito o desenvolvimento desse tipo de hipocrisia. Pode-se ousar afirmar que ela se baseia em tal hipocrisia e que mudanças profundas teriam de ser feitas se as pessoas se comprometessem a viver de acordo com a verdade psicológica. Há muito mais cultos hipócritas, portanto, do que pessoas realmente cultas, sendo possível discutir o ponto de vista de se não seria indispensável para a manutenção da cultura certa dose de hipocrisia cultural, porque a aptidão cultural já organizada das pessoas que vivem hoje talvez não fosse suficiente para tanto. Por outro lado, a manutenção da cultura, mesmo que sobre uma base tão duvidosa, oferece a perspectiva de encaminhar transformações pulsionais mais amplas em cada nova geração como portadora de uma cultura melhor.

Das discussões elaboradas até aqui, já retiramos o consolo de que eram injustificados nosso despeito e desilusão dolorosa devido ao comportamento não cultural de nossos concidadãos nesta guerra. Consistiam de uma ilusão a que nos rendemos. Na realidade, não afundaram tão baixo quanto temíamos, porque não haviam se elevado tão alto quanto acreditávamos. O fato de os grandes indivíduos humanos, os povos e Estados, terem abandonado as restrições morais tornou-se para eles um estímulo compreensível de se retirarem por um tempo das pressões existentes da cultura e conceder uma satisfação temporária às suas pulsões recalcadas. Nisso, sua moralidade relativa dentro do próprio povo provavelmente não enfrentou nenhuma ruptura.

Podemos, contudo, aprofundar nossa compreensão da mudança que a guerra mostra em nossos antigos compatriotas e perceber nisso um aviso para não sermos injustos com eles. Os desenvolvimentos psíquicos têm uma peculiaridade que não é encontrada em mais nenhum outro processo de desenvolvimento. Quando uma aldeia se transforma em cidade e uma criança se transforma em homem, a aldeia e a criança somem na cidade e no homem. Apenas a recordação pode marcar os antigos traços na nova

imagem; na realidade, os materiais ou formas antigos foram eliminados e substituídos por novos. Acontece de outra forma com um desenvolvimento psíquico. Não é possível descrever o incomparável estado de coisas de outra maneira senão afirmando que cada estágio anterior de desenvolvimento é preservado juntamente com o último que dele provém; a sucessão requer uma coexistência, embora sejam os mesmos materiais nos quais toda a sequência de mudanças ocorreu. O estado psíquico anterior pode não ter sido expresso por anos, mas permanece tão presente que um dia pode se tornar novamente a forma de expressão das forças psíquicas e, pior, a única, como se todos os desenvolvimentos posteriores tivessem sido anulados, revertidos. Essa extraordinária plasticidade de desenvolvimentos psíquicos não é irrestrita quanto a sua direção; pode ser descrita como uma habilidade especial para a involução — regressão —, pois é possível acontecer que um estágio posterior e superior de desenvolvimento, abandonado, não possa mais ser alcançado. Mas os estados primitivos sempre podem ser restaurados; o psíquico primitivo é imperecível no sentido mais pleno.

As assim chamadas doenças mentais devem dar ao leigo a impressão de que a vida espiritual e psíquica foi destruída. Na realidade, a destruição afeta apenas aquisições e desenvolvimentos posteriores. A essência da doença mental é um retorno a estados anteriores da vida afetiva e das capacidades. Um excelente exemplo da plasticidade da vida psíquica é o estado de sono que buscamos todas as noites. Visto que também entendemos como traduzir sonhos fantásticos e confusos, sabemos que, a cada sono, nos apartamos de nossa moralidade duramente conquistada como fazemos com uma roupa — apenas para vesti-la novamente pela manhã. Claro que esse ato de se despir é inofensivo, pois ficamos paralisados pelo estado de sono, condenados à inatividade. Somente o sonho pode anunciar a regressão de nossa vida afetiva a um dos mais primevos estágios de desenvolvimento. Desse modo, é digno de nota, por exemplo, que todos os nossos sonhos sejam dominados por motivos puramente egoístas. Um de meus amigos ingleses certa vez defendeu essa proposição em um encontro científico nos Estados Unidos, quando uma senhora presente comentou que talvez isso pudesse estar correto no tocante à Áustria, mas que poderia afirmar de si mesma e de seus amigos que, mesmo em sonho, se sentiam altruístas. Meu amigo, embora ele próprio fosse um membro da raça inglesa, teve de contradizer

vigorosamente a senhora, com base em suas próprias experiências na análise de sonhos: no sonho, a nobre americana é tão egoísta quanto a austríaca.

Por intercorrências da vida, a transformação pulsional na qual nossa aptidão cultural se baseia também pode ser, portanto, revertida — permanente ou temporariamente. Sem dúvida, as influências da guerra pertencem aos poderes que podem gerar tal involução, e é por isso que não precisamos negar a aptidão cultural a todos aqueles que atualmente se comportam de maneira inculta, e podemos esperar que seu enobrecimento das pulsões será produzido novamente em tempos mais tranquilos.

Talvez, no entanto, outro sintoma em nossos concidadãos do mundo nos surpreendeu e horrorizou não menos do que a queda, sentida tão dolorosamente, de seu patamar ético. Refiro-me à falta de discernimento que se apresenta nas melhores cabeças, sua teimosia, inacessibilidade frente aos argumentos mais veementes, sua credulidade acrítica nas afirmações mais contestáveis. Claro, isso resulta em um quadro triste, e quero enfatizar expressamente que, como um partidário enceguecido, de forma alguma encontro toda má conduta intelectual em somente um dos dois lados. Ocorre apenas que esse fenômeno é ainda mais fácil de explicar e muito menos preocupante do que o mencionado anteriormente. Conhecedores do ser humano e filósofos há muito nos ensinaram que cometemos uma injustiça ao avaliar nossa inteligência como um poder independente e ignorar sua dependência da vida sentimental. Nosso intelecto pode, dizem, funcionar de forma confiável apenas quando está afastado das influências dos fortes impulsos emocionais; caso contrário, se comporta simplesmente como um instrumento nas mãos de uma vontade e entrega o resultado que lhe foi instruído a obter. Argumentos lógicos são, portanto, segundo esse ensinamento, impotentes diante de interesses afetivos, e, por isso, no mundo dos interesses, seria estéril argumentar com fundamentos, tão comuns quanto amoras, como falava Falstaff. A experiência psicanalítica reforçou ainda mais, se possível, essa afirmação. Ela consegue demonstrar todos os dias que, de repente, as pessoas mais astutas se comportam como imbecis assim que o discernimento exigido enfrenta uma resistência emocional, mas também recupera todo o entendimento quando essa resistência é superada. O ofuscamento lógico que esta guerra com frequência cria, como que por magia, nos nossos melhores concidadãos é, portanto, um fenômeno

secundário, uma consequência do impulso emocional, e, tomara, destinado a desaparecer com ela.

Se compreendermos dessa forma novamente nossos concidadãos que já haviam se tornado estranhos para nós, suportaremos muito mais facilmente a decepção que os grandes indivíduos da humanidade, os povos, nos causaram, pois só poderemos lhes fazer exigências muito mais modestas. Talvez estes repitam o desenvolvimento do indivíduo, e opõem-se a nós por seus estágios hoje ainda muito primitivos de organização, de formação de unidades superiores. De forma correspondente, o momento educativo da coação externa em direção à moralidade, que encontramos tão efetivo no indivíduo, é ainda dificilmente comprovável neles. Se esperávamos que a formidável comunidade de interesses, gerada pela circulação e pela produção, resultasse, como se dizia, no início de tal coação, parece, no entanto, que, nesse momento, os povos têm estado muito mais obedientes às suas paixões do que a seus interesses. Utilizam interesses no máximo para *racionalizar* as paixões; colocam seus interesses à frente para poder justificar a satisfação de suas paixões. É com certeza um mistério por que os indivíduos dos povos se desprezam, se odeiam e se abominam propriamente uns aos outros, mesmo em tempos de paz, e cada nação à outra. Não sei o que dizer. Nesse caso, é como se todas as aquisições morais do indivíduo se extinguissem quando se toma em conjunto uma maioria ou mesmo milhões de pessoas, e permanecessem apenas as atitudes psíquicas mais primitivas, antigas e cruas. Talvez apenas desenvolvimentos posteriores sejam capazes de mudar essas circunstâncias infelizes. Mas um pouco mais de veracidade e sinceridade de todos os lados, nas relações das pessoas umas com as outras e entre elas e aqueles que as governam, também poderia abrir o caminho para essa transformação.

II. Nosso comportamento em relação com a morte

O segundo fator, a partir do qual deduzo que nos sentimos tão estranhos neste mundo outrora tão belo e confiável, é a perturbação do comportamento que mantínhamos em relação com a morte.

Esse comportamento, essa relação, não era sincero. Se nos dessem ouvidos, claro que defendíamos prontamente que a morte era o desfecho necessário

de toda a vida, que cada um de nós devia uma morte à natureza e tinha que estar preparado para pagar a dívida; em suma, que a morte era natural, inegável e inevitável. Na realidade, porém, costumávamos agir como se fosse diferente. Mostramos uma tendência inconfundível de deixar a morte de lado, de eliminá-la da vida. Tentamos fazer um silêncio de morte em relação a ela; temos até mesmo o ditado: pensar em algo como se pensa na morte. Como na sua própria, é claro. Nossa própria morte também é inimaginável e, sempre que tentamos imaginá-la, podemos perceber que continuamos sendo, na verdade, seus espectadores. De modo que, na escola psicanalítica, ousamos dizer que, no fundo, ninguém acredita na própria morte, ou, o que é o mesmo, no inconsciente: cada um de nós está convencido de sua imortalidade.

Quanto à morte de outra pessoa, o humano da cultura evitará cuidadosamente falar dessa possibilidade, caso o destinado à morte possa ouvir. Apenas as crianças desafiam essa restrição; elas se ameaçam descaradamente com as ideias de morte e podem até mesmo dizer na cara de um ente querido coisas como: “Querida mãe, quando você, infelizmente, morrer, vou fazer isso ou aquilo.” O adulto civilizado também não gostará de admitir, nem em pensamentos, a morte de outra pessoa sem parecer duro ou malvado; a menos que tenha que lidar com a morte profissionalmente como médico, advogado etc. Ele se permitirá pensar na morte do outro menos ainda se esse evento estiver associado a um ganho de liberdade, propriedade, posição. É claro que nossa ternura não impede as mortes; quando elas ocorrem, todas as vezes ficamos profundamente comovidos, como se nossas expectativas fossem abaladas. Enfatizamos regularmente a natureza casual da morte, o acidente, a doença, a infecção, a velhice e, assim, traímos nosso esforço de reduzi-la a um acaso, em vez de uma necessidade. Um acúmulo de mortes parece extremamente terrível para nós. Mostramos um comportamento especial em relação ao próprio falecido, quase como uma admiração por alguém que conseguiu algo muito difícil. Paramos de criticá-lo, ignoramos qualquer malfeito da parte dele, decretamos: *De mortuis nil nisi bene* [Dos mortos não se fala mal], e consideramos justificado que no discurso fúnebre e na lápide se teçam as maiores lisonjas. A consideração pelos mortos, de que já não precisam mais, está acima da verdade para nós, e pela maioria de nós certamente também acima da consideração pelos vivos.

Essa atitude culturalmente convencional diante da morte é, então, complementada por nosso colapso completo quando a morte afeta alguém próximo, um dos pais ou cônjuge, um irmão, filho ou amigo querido. Enterramos nossas esperanças, reivindicações e prazeres com ele, não nos permitimos ser confortados e nos recusamos a substituir aqueles que perdemos. Então, agimos como uma espécie de Asra,^[01] que *morrem junto quando morrem aqueles que amam*.

Nosso comportamento em relação com a morte tem, porém, um forte efeito em nossas vidas. A vida empobrece, perde o interesse quando não se pode ousar a maior aposta no jogo da vida, justamente a própria vida. Torna-se tão obsoleto e sem sentido quanto um flerte americano, em que fica claro desde o início que nada pode acontecer, ao contrário de um caso de amor continental, em que ambos os parceiros têm que estar sempre atentos às graves consequências. Nossos laços emocionais, a intensidade insuportável de nossa dor, nos deixam relutantes em procurar perigos para nós e para os nossos. Não queremos nem pensar em uma série de empreendimentos perigosos, mas indispensáveis, como testes de voo, expedições a terras distantes, experimentos com substâncias explosivas. Caso ocorra um acidente, nos paralisa a questão sobre quem deve substituir o filho para a mãe, o marido para a esposa e o pai para os filhos. A tendência de excluir a morte do cálculo da vida tem como consequência muitas outras renúncias e exclusões. E mesmo assim este era o lema da Liga Hanseática: *Navigare necesse est, vivere non necesse!* Navegar é preciso, viver não é preciso.

Não se pode fazer outra coisa além de procurarmos no mundo da ficção, na literatura, no teatro, um substituto para as perdas de vida. Nesses mundos ainda encontramos pessoas que entendem o que é morrer e também que são capazes de matar outra pessoa. Só neles se realiza a condição sob a qual poderíamos nos reconciliar com a morte, a saber, a de que nos resta ainda uma vida inviolável por trás de todas as vicissitudes da vida. É triste demais que a vida se passe como um jogo de xadrez, em que um movimento errado pode nos obrigar a dar por perdida a partida, com a diferença, porém, de que não podemos começar uma revanche. No reino da ficção, encontramos a pluralidade de vidas de que precisamos. Morremos na identificação com um herói, mas sobrevivemos a ele e estamos prontos para morrer uma segunda vez com outro herói, igualmente ilesos.

É evidente que a guerra deve varrer esse tratamento convencional da morte. Esta não pode mais ser negada, temos de crer nela. As pessoas realmente morrem, não mais singularmente, mas em quantidade, com frequência dezenas de milhares em um dia. Também não se trata mais de uma coincidência. É evidente que ainda pareça acidental se o projétil atinge um ou outro, mas esse outro pode ser facilmente atingido por uma segunda bala; o acúmulo põe fim à impressão de eventualidade. É evidente que a vida voltou a ser interessante, recuperou todo o seu conteúdo.

Seria necessário fazer aqui uma divisão em dois grupos, separando aqueles que entregam a própria vida em combate e outros que permaneceram em casa e apenas esperam perder um de seus entes queridos para a morte por ferimento, doença ou infecção. Seria muito interessante, certamente, estudar as mudanças na psicologia dos combatentes, mas sei muito pouco sobre isso. Precisamos nos ater ao segundo grupo, ao qual pertencemos. Já disse que acredito que a perplexidade e a paralisia, que sofremos, de nossa capacidade de desempenho são, em grande parte, codeterminadas pelo fato de não termos sido capazes de manter nosso comportamento anterior em relação com a morte e ainda não termos encontrado um novo. Talvez ajude se direcionarmos nossa investigação psicológica para duas outras relações com a morte, aquela que podemos atribuir ao humano primevo, o humano dos tempos primevos, e aquela outra, que ainda está preservada em cada um de nós, mas que se oculta, invisível para nossa consciência, nas camadas mais profundas de nossa vida psíquica.

É evidente que só sabemos como as pessoas dos tempos primevos reagiam à morte por meio de inferências e construtos, mas acredito que esses meios nos deram informações bastante confiáveis.

O humano primevo adaptou-se à morte de um jeito muito curioso. De maneira nada uniforme, ao contrário, bastante contraditória. Por um lado, levou a morte a sério, reconheceu-a como a suspensão da vida e fez uso dela nesse sentido; mas, por outro lado, também a negou e a reduziu a nada. O que possibilitou essa contradição foi ter assumido uma posição radicalmente diferente quanto à morte do outro, do estranho, do inimigo, e à sua própria. A morte do outro lhe convinha bem, era vista como o aniquilamento do que era odiado, e o humano primevo não hesitava em executá-la. Era certamente um ser deveras passional, mais cruel e maldoso que outros animais. Ele gostava de assassinar e o tinha por evidente. Não precisamos atribuir a ele o

instinto de impedir que outros animais matem e consumam criaturas da mesma espécie.

A história primeva da humanidade também está repleta de assassinatos. Mesmo hoje, o que nossos filhos aprendem na escola como história universal é, em essência, uma sequência de genocídios. O sentimento obscuro de culpa que a humanidade carrega desde os tempos primevos, o que em algumas religiões foi adotado como uma *culpa arcaica*, um pecado original, é provavelmente a expressão de uma culpa de sangue com que a humanidade pré-primeva foi sobrecarregada. No meu livro *Totem e tabu* (1913), seguindo as indicações de W. Robertson Smith, Atkinson e Charles Darwin, quis indagar sobre a natureza dessa antiga culpa e acreditar que os ensinamentos cristãos de nosso tempo nos permitem inferir sobre ela. Se o Filho de Deus teve de sacrificar sua vida para redimir a humanidade do pecado original, então esse pecado deveria ter sido, de acordo com a lei de talião, a retribuição por algo assemelhado, uma matança, um assassinato. Só isso podia exigir o sacrifício de uma vida como expiação. E se o pecado original era uma falta contra Deus Pai, então o crime mais antigo da humanidade deve ter sido o parricídio, o assassinato do antepassado da horda humana primitiva, cuja imagem de recordação foi posteriormente transfigurada como divindade.^[02]

A própria morte era certamente tão inimaginável e irreal ao humano primevo quanto é para cada um de nós hoje. Surgiu um caso para ele, contudo, em que as duas posturas opostas em relação com a morte colidiram e entraram em conflito, e esse caso se tornou muito significativo e rico em consequências de longo prazo. Aconteceu quando o ser humano primevo viu um de seus entes queridos morrer, sua mulher, seu filho, seu amigo, a quem ele certamente amou tanto quanto nós amávamos os nossos, pois o amor não pode ser muito mais recente que o prazer em assassinar. Então, em sua dor, ele teve que vivenciar o fato de que alguém poderia morrer sozinho, e todo o seu ser se revoltou contra essa admissão; afinal, cada um desses entes queridos era um pedaço do próprio *eu* amado. Por outro lado, tal morte até que lhe caía bem, pois também havia um pouco de estranheza em cada um dos entes queridos. A lei da ambivalência emocional, que ainda hoje rege nossas relações emocionais com as pessoas que mais amamos, certamente era ainda mais irrestrita nos tempos primitivos. Com isso, esses

amados falecidos também eram estranhos e inimigos que haviam despertado nele uma porção de sentimentos hostis.^[03]

Os filósofos sustentaram que o enigma intelectual que a imagem da morte representou ao humano primevo forçou sua reflexão e tornou-se o resultado de toda especulação. Acho que os filósofos também pensam nisso — filosoficamente, eles prestam pouquíssima atenção aos motivos primordialmente efetivos. Gostaria, portanto, de restringir e corrigir a afirmação acima: o humano primevo comemorou seu triunfo sobre o cadáver do inimigo morto sem encontrar qualquer motivo para quebrar a cabeça com enigmas da vida e da morte. Não foi o enigma intelectual e nem cada caso de morte, mas o conflito de sentimentos com a morte de entes queridos e, ao mesmo tempo, estranhos e de pessoas odiadas que deu origem à pesquisa do ser humano. A psicologia nasceu no momento desse conflito de sentimentos. O ser humano já não podia manter a morte longe de si, pois a tinha experimentado na dor pelo falecido, mas não queria admitir, porque não conseguia se imaginar morto. Assim, se deixou envolver com compromissos, admitiu a morte para si mesmo, mas negou-lhe a importância da aniquilação da vida, para a qual lhe faltava motivo diante da morte do inimigo. Ele inventou os espíritos junto ao cadáver do ente querido, e sua consciência de culpa pela satisfação que foi adicionada à dor fez com que esses espíritos recém-criados se tornassem demônios malignos que deviam ser temidos. As modificações [físicas] da morte sugeriram a ele a divisão do indivíduo em um corpo e em uma — originalmente várias — alma; dessa forma, seu curso mental corria em paralelo ao processo de decomposição iniciado pela morte. A recordação contínua dos falecidos tornou-se a base para a assunção de outras formas de existência e lhe deu a ideia de uma sobrevivência após a morte aparente.

Essas existências posteriores eram inicialmente apenas apêndices daquela encerrada pela morte, sombrias, vazias de conteúdo e subestimadas até tempos posteriores; ainda portavam o caráter de míseras informações. Lembremos o que a alma de Aquiles respondeu a Ulisses:

“Pois, no passado, quando vivo, te honramos como aos deuses, nós, os Argivos; e agora comandas os espíritos com mão forte, que aqui habitam em toda parte. Portanto, não te atormenta pela morte, Aquiles.” Assim, disse eu, e, de pronto, ele me retrucou: “Não me consoles pela morte, nobre Ulisses!

Preferiria trabalhar como um lavrador, prestando serviços a um pobre homem, sem herança nem riqueza própria, a comandar toda a horda de mortos que pereceram.”
(Odisseia XI, 484-491)

Ou, na versão poderosa e amargamente paródica de H. Heine:

O menor filisteu vivo
De Stuttgart à beira do Neckar, é muito mais

[feliz

Que eu, o Pélida, herói morto,
O príncipe das Sombras no Mundo Inferior. [04]

Apenas mais tarde as religiões tiveram condição de apresentar essa pós-existência como a mais valiosa, plenamente válida, e reduzir a uma mera preparação a vida encerrada pela morte. Foi simplesmente lógico, então, quando a vida também se estendeu para o passado, passando a se conceber existências anteriores, a transmigração de almas e a reencarnação, tudo na intenção de furtar da morte seu significado como a suspensão da vida. Tão cedo teve aí seu início a negação da morte, que designamos como cultural-convencional.

Não só a teoria da alma, a crença na imortalidade e uma poderosa raiz da culpa humana, mas também os primeiros mandamentos éticos surgiram diante do cadáver de um ente querido. O primeiro e mais significativo mandamento da consciência moral que despertava foi: *Não matarás*. Foi adquirido como uma reação contra a satisfação do ódio escondido por trás do luto pelo ente querido falecido e paulatinamente foi estendido ao estranho não amado e, finalmente, também ao inimigo.

Neste último caso, tal mandamento não é mais sentido pelas pessoas da cultura. Quando a luta selvagem desta guerra encontrar sua conclusão, cada um dos combatentes vitoriosos voltará feliz para casa, para a esposa e os filhos, de pronto e sem ser perturbado por pensamentos a respeito dos inimigos que matou corpo a corpo ou com arma de longo alcance. É digno de nota que os povos primitivos que ainda vivem na Terra, e certamente estão mais próximos do humano primevo do que nós, se comportam de maneira diferente nesse ponto — ou se comportavam enquanto ainda não

tinham experienciado a influência de nossa cultura. O selvagem — australiano, bosquímano, habitantes da Terra do Fogo — não é de forma alguma um assassino impenitente; quando retorna da guerra como vencedor, não tem permissão para entrar em sua aldeia ou tocar na esposa até que tenha expiado seus assassinatos de guerra por meio de penitências com frequência longas e árduas. É claro que a explicação vem da superstição; o selvagem ainda teme a vingança espiritual dos abatidos. Mas os espíritos dos inimigos abatidos nada mais são do que a expressão do peso de sua consciência moral por sua culpa de sangue; por trás dessa superstição, há um tanto de sensibilidade ética que se perdeu para nós, pessoas da cultura.

As almas piedosas, que gostariam de ver nosso ser distante do contato com o mal e a vilania, certamente não deixarão de tirar conclusões reconfortantes da precocidade e da urgência do mandamento “Não matarás” sobre a força dos impulsos éticos que devem estar arraigados em nós. Infelizmente, esse argumento comprova ainda mais o contrário. Uma proibição tão forte só pode ser dirigida contra um impulso igualmente potente. O que nenhuma alma humana cobiça não é necessário proibir,^[05] exclui-se por si. É justamente a ênfase do mandamento “Não matarás” que nos garante que descendemos de uma linha geracional infinitamente longa de assassinos que, em seu sangue, tivessem o desejo de matar, como talvez temos ainda nós. Os esforços éticos da humanidade, cuja força e importância não precisam ser criticadas, são uma conquista da história humana; em graus infelizmente muito variáveis, eles se tornaram patrimônio herdado da humanidade viva hoje.

Deixemos, então, o humano primevo e nos voltemos para o inconsciente em nossa própria vida psíquica. Baseamo-nos aqui inteiramente no método de investigação da psicanálise, o único que chega a essas profundidades. Indagamos: como nosso inconsciente se comporta em relação ao problema da morte? A resposta tem de ser: quase exatamente como o humano primevo. Nesse, como em muitos outros aspectos, o humano dos tempos primevos sobrevive inalterado em nosso inconsciente. Portanto, nosso inconsciente não acredita em sua morte, ele se porta como se fosse imortal. O que chamamos de “inconsciente”, as camadas mais profundas de nossa alma, constituídas de impulsos pulsionais, não conhece absolutamente nada

de negativo, nenhuma negação — os opostos coincidem nela — e, portanto, também não conhece a própria morte, à qual conseguimos atribuir apenas um conteúdo negativo. Portanto, não há nada pulsional em nós diante da crença na morte. Talvez seja este mesmo o segredo do heroísmo. A justificativa racional do heroísmo baseia-se no julgamento de que a própria vida não pode ser tão valiosa quanto certos bens abstratos e gerais. No entanto, acredito que deveria ser mais comum o heroísmo instintual e impulsivo, que se abstém de tal motivação e simplesmente desafia o perigo, como na promessa da comédia *Steinklopferhann*, de Anzengruber: *Nada pode acontecer contigo*. Ou essa motivação serve apenas para dissipar as preocupações, que poderiam conter a reação heroica que corresponde ao inconsciente. O medo da morte, sob cujo domínio estamos com mais frequência do que nós mesmos temos ciência, é, ao contrário, algo secundário e surgiu em geral de uma consciência de culpa.

Por outro lado, reconhecemos a morte para estranhos e inimigos e a impomos a eles com a mesma vontade e segurança do homem primevo. É claro que se mostra aqui uma diferença que, na realidade, será decisiva. Nosso inconsciente não mata, ele meramente pensa e deseja. Mas seria injusto subestimar tanto a realidade *psíquica* em comparação com a *factual*. Ela tem significado e consequências sérias o suficiente. Em nossos impulsos inconscientes, eliminamos diariamente e a todo momento todos aqueles que se interpõem em nosso caminho, que nos ofenderam e nos prejudicaram. A frase “Que o diabo te carregue”, que tantas vezes nos vem aos lábios em um descontentamento jocoso, na verdade quer dizer “Que a morte te carregue”, pois em nosso inconsciente é um desejo de morte sério e vigoroso. Sim, nosso inconsciente mata até por pequenezas, como a antiga legislação ateniense de Drácon, que não conhece outra punição para crimes além da morte, e isso com certa coerência, pois qualquer dano ao nosso todo-poderoso e autoritário *eu* é, no fundo, um *crimen laesae majestatis*.

Assim somos nós mesmos também, se formos julgados por nossos desejos inconscientes, como os humanos primevos, um bando de assassinos. É uma sorte que todos esses desejos não tenham a força que as pessoas nos tempos primevos atribuíam a si próprias;^[06] no fogo cruzado de maldições mútuas, a humanidade teria perecido há muito tempo, tanto o melhor e mais sábio dos homens entre eles como a mais bela e mais adorável das mulheres.

É devido a declarações como essa que o leigo geralmente não acredita em psicanálise. É rejeitada como calúnias que não vêm ao caso perante as garantias da consciência, e as leves indicações pelas quais o inconsciente tende a se revelar para o consciente são também habilmente ignoradas. É, portanto, apropriado apontar que muitos pensadores que não podiam ter sido influenciados pela psicanálise denunciaram com bastante clareza a disposição de nossos pensamentos silenciosos de nos livrar do que está em nosso caminho, ignorando inclusive a proibição de matar. Escolho para tanto um exemplo que se tornou famoso, entre tantos outros.

Em *O pai Goriot*, Balzac alude a uma passagem nas obras de J.J. Rousseau, na qual este autor pergunta ao leitor o que ele faria se ele próprio — sem sair de Paris e, claro, sem ser descoberto — pudesse matar um velho mandarim em Pequim por um mero ato de vontade, cuja morte lhe traria uma grande vantagem. Ele deixa transparecer que não considera a vida deste dignitário muito segura. “*Tuer son mandarin*” [matar seu mandarim] tornou-se, então, uma expressão proverbial sobre essa prontidão secreta também das pessoas de hoje.

Há também uma grande quantidade de piadas e anedotas cínicas que testemunham na mesma direção, como, por exemplo, a declaração atribuída ao marido: “Se um de nós morrer, vou me mudar para Paris.” Essas piadas cínicas não seriam possíveis se não tivessem de transmitir uma verdade negada que não pode ser confessada quando falada com seriedade e franqueza. Como se sabe, em tom de chiste, até a verdade se pode dizer.

Quanto ao humano primevo, há também o caso do nosso inconsciente, no qual as duas atitudes opostas diante da morte, a que a reconhece como aniquilação da vida e a que a nega como irreal, colidem e entram em conflito. E esse caso é o mesmo do dos tempos primevos, a saber, a morte ou o perigo de morte de um de nossos entes queridos, de um pai ou cônjuge, de um irmão, filho ou caro amigo. Esses entes queridos são, por um lado, uma posse interior para nós, componentes de nosso *eu*; por outro lado, também são parcialmente estranhos, até mesmo inimigos. Com exceção de poucas situações, o mais terno e íntimo de nossos relacionamentos amorosos está ligado a um tanto de hostilidade que pode estimular o desejo inconsciente de morrer. Desse conflito de ambivalência, no entanto, a doutrina da alma e a ética não emergem como no passado, mas a neurose, que nos permite percepções profundas sobre a vida psíquica normal. Quantas vezes os

médicos que fazem tratamentos psicanalíticos tiveram de enfrentar o sintoma de preocupação excessivamente terna com o bem-estar dos parentes ou com autocensuras completamente infundadas após a morte de um ente querido. Do estudo desses episódios não restam dúvidas quanto à difusão e ao significado dos desejos de morte inconscientes.

O leigo sente um horror extraordinário diante dessa possibilidade de sentimento e pressupõe que essa aversão é um motivo legítimo de descrença contra as afirmações da psicanálise. Injustamente, me parece. Não se visa a nenhuma degradação de nossa vida amorosa, e também ela nem mesmo está presente. É claro que está longe de nossa compreensão e de nossos sentimentos a união dessa forma de amor e ódio, mas, ao trabalhar com esse par de opostos, a natureza é capaz de manter o amor sempre desperto e fresco para garanti-lo contra o ódio atrás dele, à espreita. Pode-se dizer que é graças à *reação* contra o impulso hostil que sentimos em nosso peito que temos os mais belos desabrochamentos de nossa vida amorosa.

Resumamos, então: nosso inconsciente é tão inacessível à ideia da própria morte, tão mortífero diante de estranhos, tão ambivalente para com o ente querido quanto o humano dos tempos primevos. Mas o quanto nos afastamos deste estado primevo em nossa atitude cultural-convencional em relação com a morte!

É fácil dizer como a guerra interfere nessa dicotomia. Ela nos despoja das camadas posteriores da cultura e permite que o humano primevo reapareça em nós. Força-nos novamente a sermos heróis que não podem acreditar em nossa morte; aponta-nos estranhos como inimigos, cuja morte se deveria causar ou desejar causar; nos aconselha a desconsiderar a morte de entes queridos. A guerra, porém, não pode ser eliminada; enquanto as condições de existência dos povos forem tão diferentes e as repulsões entre eles tão violentas, guerras hão de existir. No que se levanta, pois, a questão: não deveríamos ser nós aqueles que cedemos e nos conformamos com ela? Não deveríamos admitir que, com nossa atitude cultural em relação a ela, vivemos, de novo, psicologicamente além de nossa situação e assim voltamos a admitir a verdade? Não seria melhor conceder à morte o lugar que ela merece na realidade e em nossos pensamentos e enfatizar um pouco mais nossa atitude inconsciente em relação com a morte, que até agora suprimimos com tanto cuidado? Não parece ser uma capacidade superior, mais um retrocesso em muitos momentos, uma regressão, mas tem a

vantagem de levar mais em conta a veracidade e tornar nossa vida novamente mais suportável. Suportar a vida continua sendo o primeiro dever de todos os seres vivos. A ilusão perde o valor se nos impedir de fazer isso.

Lembremo-nos do antigo ditado: *Si vis pacem, para bellum*. Se quiser a paz, prepare-se para a guerra.

Seria oportuno alterá-lo: *Si vis vitam, para mortem*. Se quiser suportar a vida, prepare-se para a morte.

ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER

1920 [07]

I

Na teoria psicanalítica, supomos sem contestar que o curso dos processos psíquicos é automaticamente regulado pelo princípio do prazer, ou seja, acreditamos que ele é sempre estimulado por uma tensão desagradável e, por isso, toma uma direção cujo resultado final coincide com uma redução dessa tensão, isto é, com uma evitação do desprazer ou da criação de prazer. Se considerarmos os processos psíquicos que estudamos nesse curso, introduzimos o ponto de vista econômico em nosso trabalho. Acreditamos que uma exposição que procure valorizar o fator econômico, além do topográfico e do dinâmico, é a mais completa que podemos imaginar atualmente e merece ser destacada pela designação de *metapsicológica*.

Não nos interessa investigar, ao adotar o princípio do prazer, até que ponto nos aproximamos ou aderimos a um determinado sistema filosófico historicamente estabelecido. Chegamos a essas suposições especulativas por um esforço descritivo e explicativo dos fatos da observação diária em nossa área. Prioridade e originalidade não estão entre as metas estabelecidas no trabalho psicanalítico, e as impressões em que se baseia o estabelecimento desse princípio saltam tanto aos olhos que é difícil ignorá-las. Em contrapartida, teríamos prazer em expressar nosso agradecimento diante de uma teoria filosófica ou psicológica que soubesse nos dizer quais são os significados das sensações de prazer e desprazer, cujo efeito é tão imperativo para nós. Infelizmente, nada de aproveitável nos é oferecido. É a área mais obscura e inacessível da vida psíquica e, sendo impossível evitar acessá-la,

então a hipótese mais aberta sobre ela, acredito, será a melhor. Decidimos relacionar prazer e desprazer com a quantidade de excitação disponível — e não ligada de alguma forma que seja — na vida psíquica de modo que o desprazer corresponda a um aumento, e o prazer, a uma diminuição dessa quantidade. Não estamos pensando em uma relação simples entre a força das sensações e as mudanças referentes a elas; menos ainda — de acordo com todas as experiências em psicofisiologia — em uma proporcionalidade direta; provavelmente é a medida de diminuição ou aumento dentro de um tempo determinado o fator decisivo para a sensação. O experimento possivelmente entraria aqui; para nós, analistas, não é aconselhável nos aprofundarmos nesses problemas enquanto observações muito determinadas não possam nos guiar.

Não podemos ficar indiferentes, no entanto, diante do fato de que um pesquisador tão perspicaz como G.T. Fechner defendeu uma concepção de prazer e desprazer que coincide essencialmente com aquela que nos é imposta pelo trabalho psicanalítico. A declaração de Fechner está em seu breve escrito *Einige Ideen zur Schöpfungs- und Entwicklungsgeschichte der Organismen* [Algumas ideias sobre a história da criação e do desenvolvimento de organismos], de 1873 (seção XI, adendo, p. 94), no qual consta o seguinte:

“Na medida em que as pulsões conscientes estão sempre relacionadas com prazer ou desprazer, também pode-se pensar em prazer ou desprazer com proporções de estabilidade e instabilidade em uma relação psicofísica, e isso pode fundamentar a hipótese, que desenvolverei com mais detalhes em outro lugar, de que cada movimento psicofísico que ultrapassa o limiar da consciência se une ao prazer, ao passo que se aproxima da estabilidade total além de certa medida, e ao desprazer quando, além de certa medida, se desvia dela, havendo entre as duas medidas, descritas como um limiar qualitativo de prazer e desprazer, uma certa amplitude de indiferença estética...”

Os fatos que nos levaram a acreditar no domínio do princípio do prazer na vida psíquica também se expressam na hipótese de que o aparelho psíquico se esforça para manter a quantidade de excitação presente nele o mais baixa possível, ou pelo menos constante. É a mesma coisa, apenas com outra constituição, pois se o trabalho do aparelho psíquico é manter baixa a

quantidade de excitação, então tudo que é capaz de aumentá-la deve ser percebido como disfuncional, isto é, como desprazeroso. O princípio do prazer deriva-se do princípio da constância; na realidade, o princípio da constância foi inferido dos fatos que nos impuseram a hipótese do princípio do prazer. Em uma discussão mais detalhada, descobriremos também que o empenho do aparelho psíquico suposto por nós está subordinado, como caso especial, ao princípio fechneriano da tendência à estabilidade, à qual ele relacionou com as sensações de prazer-desprazer.

Então precisamos dizer, contudo, que seria de fato incorreto falar de um domínio do princípio do prazer no curso dos processos psíquicos. Se existisse tal coisa, a grande maioria dos processos psíquicos teria de ser acompanhada de prazer ou conduzir ao prazer, enquanto a mais geral experiência contradiz com veemência essa conclusão. Só pode ser, portanto, que haja na psique uma forte tendência para o princípio do prazer, que, no entanto, encontra oposição por certas outras forças ou circunstâncias, de modo que o resultado final nem sempre corresponderá à tendência do prazer. Confira a observação de Fechner em ocasião semelhante (idem, p. 90): “Com o fato, contudo, de que a tendência ao objetivo ainda não significa o alcance dele, e o objetivo só pode ser alcançado em aproximações [...]” Se agora nos voltarmos para a questão de quais circunstâncias podem impedir o estabelecimento do princípio do prazer, recuaremos para um terreno seguro e familiar e poderemos nos valer em grande parte de nossa experiência analítica para responder.

O primeiro caso de tal inibição do princípio do prazer nos é confiável como um princípio regular. Sabemos que o princípio do prazer funciona como um modo de operação *primário* do aparelho psíquico, e que é inútil, desde o início, e mesmo altamente perigoso, para a autoafirmação do organismo diante das dificuldades do mundo externo. Sob a influência das pulsões de autopreservação do Eu, é substituído pelo *princípio da realidade*, que, sem a intenção de renunciar, por fim, à obtenção do prazer, exige e implementa o adiamento da satisfação, a renúncia às várias possibilidades dela e a tolerância temporária do desprazer no longo desvio até o prazer. O princípio do prazer continua sendo, então, ainda por muito tempo, o *modus operandi* das pulsões sexuais difíceis de “educar”, e sempre acontece de o princípio da realidade ser subjugado em detrimento de todo o organismo, seja a partir dessas pulsões, seja no próprio Eu.

Não há dúvida, entretanto, que a substituição do princípio do prazer pelo princípio da realidade pode ser responsável apenas por uma pequena e não pela parte mais intensa da experiência de desprazer. Outra fonte, não menos regular, de surgimento do desprazer advém dos conflitos e divisões no aparelho psíquico durante o desenvolvimento do Eu rumo a organizações de complexidade superior. Quase toda a energia que preenche o aparelho vem de forças pulsionais inatas, mas nem todos são permitidos nas mesmas fases de desenvolvimento. No trajeto, não raro acontece que as pulsões individuais ou componentes pulsionais se mostram incompatíveis em seus objetivos ou reivindicações com os demais, que podem se unir para formar a unidade abrangente do Eu. Elas são, então, apartadas dessa unidade por meio do processo de recalçamento, retidas em níveis inferiores do desenvolvimento psíquico e inicialmente afastadas da possibilidade de satisfação. Se conseguem, então, avançar por desvios até direcionar a satisfação de forma direta ou substitutiva, o que acontece tão facilmente com as pulsões sexuais recalçadas, esse sucesso, que de outra forma teria sido uma possibilidade de prazer, é percebido pelo Eu como desprazer. Como resultado do antigo conflito que resulta em recalque, o princípio do prazer experimentou uma nova fratura, precisamente enquanto certas pulsões estavam trabalhando para obter, seguindo o princípio, um novo prazer. Os detalhes do processo pelo qual o recalçamento transforma uma possibilidade de prazer em fonte de desprazer ainda não são bem compreendidos ou claramente representáveis, mas é certo que todo desprazer neurótico é desse tipo, um prazer que não pode ser sentido como tal.

As duas fontes de desprazer indicadas aqui não cobrem de forma alguma a maioria de nossas vivências de desprazer, mas, de resto, se afirmará, com uma boa dose de razão, que sua existência não contradiz o domínio do princípio do prazer. A maior parte do desprazer que sentimos é o desprazer da percepção, seja a percepção do ímpeto de pulsões insatisfeitas ou a percepção externa, seja ela penosa em si ou desperte ela expectativas desprazerosas no aparelho psíquico, sendo reconhecida por ele como um “perigo”. A reação a essas reivindicações e ameaças pulsionais de perigo, na qual a atividade real do aparelho psíquico se expressa, pode ser, então, conduzida corretamente pelo princípio do prazer ou pelo princípio da realidade que o modifica. Com isso, não parece necessário reconhecer uma restrição ampla do princípio do prazer, e, no entanto, justamente a

investigação da reação psíquica ao perigo externo pode fornecer novo material e novos questionamentos quanto ao problema aqui tratado.

II

Após graves abalos mecânicos, colisões ferroviárias e outros acidentes associados a um perigo mortal, ocorre um estado que já foi descrito há tempos cujo nome ficou sendo “neurose traumática”. A terrível guerra recentemente terminada deu origem a um grande número dessas doenças e ao menos pôs termo à tentação de atribuí-las a um dano orgânico do sistema nervoso pela ação de uma força mecânica.^[08] O quadro da neurose traumática aproxima-se da histeria por sua riqueza de sintomas motores semelhantes, mas em geral a supera em indícios fortemente desenvolvidos de sofrimento subjetivo, como no caso da hipocondria ou da melancolia, e pelas evidências de um enfraquecimento e uma perturbação muito mais amplos das funções psíquicas. Ainda não se alcançou um entendimento pleno nem das neuroses de guerra nem das neuroses traumáticas dos tempos de paz. No caso das neuroses de guerra, o fato de o mesmo quadro clínico ocasionalmente ter surgido sem a ajuda de qualquer força mecânica bruta era esclarecedor por um lado, mas, por outro, desorientador; na neurose traumática comum, se destacam dois traços que podiam dar ensejo à reflexão: primeiro, que a ênfase da causalidade parecia recair no fator surpresa, no terror, e, segundo, que uma lesão ou ferimento sofrido ao mesmo tempo agia, em grande parte, em oposição ao desenvolvimento da neurose. Terror, medo, angústia^[09] são erroneamente usados como expressões sinônimas; podem ser facilmente diferenciados em sua relação com o perigo. A angústia denota certo estado, como a expectativa do perigo e a preparação para ele, mesmo que seja desconhecido; o medo exige um objeto específico diante do qual se amedronta; terror, no entanto, descreve o estado em que se chega quando se entra em perigo sem preparação para tanto, enfatizando o fator da surpresa. Não acho que a angústia possa produzir uma neurose traumática; há algo na angústia que protege contra o terror e, portanto, também contra a neurose do terror. Voltaremos a essa proposição mais tarde.

Podemos considerar o estudo dos sonhos a maneira mais confiável de explorar os processos psíquicos profundos. A vida onírica da neurose traumática tem como característica o fato de conduzir o paciente de volta à situação do acidente, da qual ele desperta se aterrorizando novamente. Isso não causa muita surpresa. Pensa-se que é apenas a prova da força da impressão causada pela vivência traumática, que se impõe ao paciente repetidamente, mesmo durante o sono. O paciente estaria, por assim dizer, psiquicamente fixado ao trauma. No caso da histeria, essas fixações na vivência que desencadeou a doença são conhecidas há muito tempo por nós. Breuer e Freud afirmaram, em 1893, que “os histéricos sofrem, em grande medida, de reminiscências”. No caso das neuroses de guerra, observadores como Ferenczi e Simmel conseguiram explicar muitos sintomas motores pela fixação no momento do trauma.

Apenas não tenho conhecimento de casos daqueles que sofrem de neurose traumática se ocupando por muito tempo com a memória de seu acidente quando estão despertos. Talvez se esforcem mais para não pensar nele. Supor ser evidente que o sonho noturno os leva de novo à situação que causou a doença mostra que se compreende mal a natureza do sonho. Seria mais adequado mostrar ao paciente fotos da época de saúde ou da esperada recuperação. Se não quisermos nos deixar enganar pela tendência de realização de desejo do sonho por meio dos sonhos dos neuróticos traumáticos, nos resta a referência de que nesse estado, como em tantos outros, a função do sonho foi abalada e desviada de suas intenções, ou teríamos de rememorar as enigmáticas tendências masoquistas do Eu.

Proponho agora abandonarmos o tema obscuro e sinistro da neurose traumática e estudarmos o modo de trabalhar do aparelho psíquico em uma de suas primeiras atividades normais. Estou falando da brincadeira infantil.

As várias teorias da brincadeira infantil foram recentemente compiladas por S. Pfeifer na *Imago* (v. 4) e apreciadas analiticamente; aqui, posso indicar esse trabalho. Essas teorias esforçam-se em desvendar os motivos das brincadeiras infantis, sem colocar em primeiro plano o ponto de vista econômico, a consideração pelo ganho de prazer. Sem querer abranger o conjunto dessas manifestações, aproveitei uma oportunidade que me surgiu para explicar o primeiro jogo criado por um menino de um ano e meio de idade. Foi mais do que uma observação passageira, porque vivi, sob o mesmo teto, com a criança e seus pais por algumas semanas, e demorou um bom

tempo até que a atividade enigmática e constantemente repetida revelasse para mim seu significado.

A criança não tinha um desenvolvimento intelectual precoce, com um ano e meio de idade apenas falava algumas palavras inteligíveis e também tinha vários sons significativos que eram compreendidos por aqueles em seu entorno. Porém, mantinha um bom relacionamento com os pais e a única empregada, e era elogiado por seu “bom comportamento”. Não incomodava os pais à noite, obedecia às proibições de tocar em certos objetos e entrar em certos aposentos de forma conscienciosa e, acima de tudo, nunca chorava quando sua mãe o deixava por horas, embora fosse afetuosamente apegado a ela, que não apenas o amamentara, mas também cuidara dele sem ajuda de outras pessoas. Esse bom menino apresentava ocasionalmente o hábito inquietante de jogar todos os pequenos objetos que pudesse agarrar para longe dele, em um canto do aposento, debaixo da cama etc., de modo que encontrar seus brinquedos muitas vezes não era uma tarefa fácil. Nesse momento, com a expressão de interesse e satisfação, produzia um alto e prolongado o-o-o-o, que, segundo o julgamento unânime da mãe e deste observador, não era uma interjeição, mas antes significava *fort* [para longe]. Por fim, percebi que era uma brincadeira, e que a criança usava todos os brinquedos só para jogar “fique longe” com eles. Então, um dia, fiz a observação que confirmou minha opinião. A criança tinha um carretel de madeira amarrado a um barbante. Nunca ocorreu a ela, por exemplo, puxá-lo pelo chão atrás dela para brincar de carrinho com ele, mas ela jogava o carretel preso pelo cordão com grande habilidade sobre a beirada de seu berço acortinado, de modo que ele desaparecia dentro do berço, e dizia seu significativo o-o-o-o e puxava o carretel pelo barbante para fora do berço de novo, saudando agora sua aparição com um feliz “*da*” [aí está]. Então, essa era a brincadeira completa, desaparecimento e retorno, da qual você na maioria das vezes só conseguia ver o primeiro ato, e isso se repetia incansavelmente como um jogo à parte, embora o maior prazer indubitavelmente estivesse ligado ao segundo ato.^[10]

A interpretação da brincadeira estava, então, evidente. Tinha relação com a grande capacidade cultural da criança, com a renúncia pulsional que ela provocava (renúncia à satisfação pulsional), ao permitir que a mãe partisse sem se enfurecer. Ela se compensava, por assim dizer, encenando o mesmo

desaparecimento e o retorno a si mesma com os objetos ao seu alcance. Para a avaliação afetiva desse jogo, é evidentemente irrelevante se a própria criança o inventou ou se apropriou dele como resultado de um estímulo. Nosso interesse se voltará para outro ponto. É impossível que a partida da mãe pudesse ter sido agradável ou mesmo indiferente para a criança. Como é, então, que o princípio do prazer repete essa vivência dolorosa como jogo? Talvez queiramos responder que a partida deva ser encenada como uma precondição do reaparecimento agradável, sendo este último a intenção real da brincadeira. Essa situação contradiria a observação de que o primeiro ato, a partida, fora encenado como uma brincadeira por si só, e com muito mais frequência do que o todo que continuou até o fim prazeroso.

A análise de um único caso não resulta em uma decisão segura; em uma observação sem preconceitos, se tem a impressão de que a criança transformou a vivência em uma brincadeira por outro motivo. Nesse aspecto, ela foi passiva, afetada pela vivência, e agora assume um papel ativo ao repetir a mesma coisa como um jogo, mesmo que seja desagradável. Esse esforço poderia ser atribuído a um impulso de apoderamento, que se torna independente de a própria memória ser prazerosa ou não. Pode-se, contudo, procurar também uma interpretação diferente. Jogar fora o objeto para que ele desapareça poderia ser a satisfação de um impulso de vingança contra a mãe recalcado na vida, porque ela deixou a criança, e ter, por isso, o seguinte significado desafiador: “Sim, vá embora, eu não preciso de você, eu mesmo mando você embora.” A mesma criança, que vi fazendo sua primeira brincadeira com um ano e meio de idade, costumava jogar um brinquedo no chão que o irritava cerca de um ano depois e dizia: “Vá para a gue(rr)a!” Na época lhe contaram que o pai ausente estava na guerra, e ela não sentia nenhuma falta do pai, mas dava os mais claros sinais de que não queria ser perturbada na posse exclusiva de sua mãe.^[11] Sabemos também por outras crianças que elas são capazes de expressar impulsos hostis semelhantes, atirando objetos em vez de pessoas.^[12] Resta, então, a dúvida se o ímpeto de processar psiquicamente algo impressionante, de se apoderar totalmente dele, pode se expressar primária e independentemente do princípio do prazer. No caso discutido aqui, ele só conseguiu repetir uma impressão desagradável no jogo porque essa repetição está associada a um ganho de prazer diferente, mas direto.

Mesmo investigações mais completas de brincadeiras infantis não ajudam nossa oscilação entre duas concepções. É possível perceber que as crianças repetem na brincadeira tudo o que as impressionou muito na vida, que reagem com a força da impressão e se fazem, por assim dizer, donas da situação. Por outro lado, é bastante claro, contudo, que todo o seu jogo está sob a influência do desejo que domina essa época deles: do desejo de ser grande e poder agir como os grandes. Observa-se também que o caráter de desprazer da vivência nem sempre a torna inadequada para a brincadeira. Se o médico examinou a garganta da criança ou fez uma pequena operação nela, essa vivência assustadora certamente se tornará conteúdo da próxima brincadeira, mas não podemos ignorar o ganho de prazer de outra fonte. Ao passar da passividade da vivência para a atividade do jogo, a criança inflige a um companheiro de brincadeiras o desprazer que ocorreu a ela mesma e, assim, se vinga na pessoa desse substituto.

A partir dessas discussões, fica claro, afinal, que é superficial a hipótese de que haja uma pulsão particular de imitação como motivo para a brincadeira. Acrescentemos as advertências de que o jogo artístico e a imitação dos adultos, que, ao contrário do comportamento da criança, visam à pessoa do espectador, não poupam a este as impressões mais dolorosas — como, por exemplo, na tragédia — e ainda assim podem ser sentidas por ele como um grande prazer. Estamos, então, convencidos de que, mesmo sob o domínio do princípio do prazer, existem maneiras e meios suficientes para tornar o que é em si desprazeroso objeto de recordação e elaboração psíquica. Talvez uma estética orientada à economia possa lidar com casos e situações que resultem na obtenção de prazer finito; não fazem nada por nossas intenções, pois pressupõem a existência e o domínio do princípio do prazer e não atestam a eficácia de tendências além do princípio do prazer, ou seja, que seriam mais originais do que ele e independentes dele.

III

Vinte e cinco anos de trabalho trouxeram consigo o fato de que os próximos objetivos da técnica psicanalítica hoje são completamente diferentes daqueles de seu início. A princípio, o médico que analisava nada mais podia fazer além de adivinhar, montar e, no momento certo, comunicar o

inconsciente oculto do paciente. A psicanálise era, antes de mais nada, uma arte de interpretação. Como a tarefa terapêutica não foi resolvida dessa maneira, logo surgiu o propósito de forçar o paciente a confirmar a construção por sua própria recordação. Nesse esforço, a principal ênfase recaía sobre as resistências do paciente; a arte agora estava em descobri-las o mais rápido possível, mostrá-las ao paciente e induzi-lo a abrir mão da resistência pela influência humana (aqui, o lugar da sugestão que atua como uma “transferência”).

Mas, então, ficou cada vez mais claro que o objetivo apresentado de tornar consciente o inconsciente não é totalmente alcançável, mesmo dessa maneira. O paciente não consegue se lembrar de tudo que foi recalcado nele, talvez precisamente não do essencial, e, assim, não se convence da perfeição da construção que lhe é informada. Ele está forçado, ao contrário, a *repetir* o que foi recalcado como uma experiência presente, em vez de se *lembrar* disso como um trecho do passado, como o médico preferiria.^[13] Essa reprodução, que ocorre com fidelidade indesejada, sempre faz parte da vida sexual infantil, ou seja, do complexo de Édipo e de suas extensões, e é regularmente praticada no campo da transferência, ou seja, na relação com o médico. Se o tratamento chegou até esse momento, é possível dizer que a neurose anterior foi substituída por uma nova neurose de transferência. O médico tentou limitar ao máximo o alcance dessa neurose de transferência, afastá-la tanto quanto possível para dentro da recordação e permitir o mínimo de repetição. A relação que se estabelece entre recordação e reprodução é diferente para cada caso. Via de regra, o médico não pode poupar o paciente dessa fase da cura; ele deve deixá-lo reviver uma certa parte da vida esquecida e deve assegurar que certo grau de superioridade seja mantido, em virtude do qual a realidade aparente é reconhecida repetidamente como um reflexo de um passado esquecido. Se essa tentativa der certo, a convicção do paciente e o sucesso terapêutico que dela depende são conquistados.

Para uma melhor compreensão dessa “*compulsão à repetição*” que se manifesta durante o tratamento psicanalítico dos neuróticos, é preciso, antes de tudo, livrar-se do erro de, no combate às resistências, lidar com a resistência do “inconsciente”. O inconsciente, ou seja, o que é “recalcado”, não oferece resistência alguma aos esforços de cura, afinal, não se empenha

senão em penetrar na consciência contra a pressão sobre ela ou descarregá-la por meio do ato real. A resistência na cura vem das mesmas camadas e sistemas superiores da vida psíquica que realizaram o recalque anteriormente. Mas, uma vez que os motivos das resistências, e mesmo elas próprias, são, segundo a experiência, inicialmente inconscientes na cura, somos exortados a melhorar a inadequação de nosso modo de expressão. Evitamos a ausência de clareza se colocarmos em oposição não o consciente e o inconsciente, mas sim o *Eu* coerente e o *que foi recalcado*. Muito do *Eu* é decerto inconsciente para ele próprio, justamente aquilo que se pode chamar de núcleo do *Eu*; cobrimos apenas uma pequena parte dele com o nome de *pré-consciente*. Após essa substituição de um modo de expressão meramente descritivo por um sistemático ou dinâmico, podemos dizer que a resistência do analisado emana de seu *Eu*, e logo entendemos, então, que a compulsão à repetição se deve ao recalcado inconsciente. Esta não poderia, provavelmente, se expressar até que o trabalho de cura cooperativo aliviasse o recalque.

Não há dúvida de que a resistência do *Eu* consciente e pré-consciente está a serviço do princípio do prazer, pois ele quer poupar o desprazer que seria provocado pela liberação do recalcado, e nossos esforços visam à obtenção da aceitação de tal desprazer pela invocação do princípio da realidade. Em qual relação com o princípio do prazer está, contudo, a compulsão à repetição, a expressão da força do recalcado? Está claro que muito do que a compulsão à repetição permite reviver deve trazer desprazer ao *Eu*, porque traz à tona realizações de impulsos pulsionais recalcados, mas esse é um desprazer que já reconhecemos, que não contradiz o princípio do prazer; é desprazer para um sistema e, ao mesmo tempo, satisfação para outro. O fato novo e digno de nota que precisamos descrever agora, contudo, é que a compulsão à repetição também traz de volta aquelas vivências do passado que não contêm nenhuma possibilidade de prazer, que na época também não podem ter sido satisfações, nem mesmo de impulsos pulsionais recalcados desde então.

O primeiro florescimento da vida sexual infantil estava destinado à extinção devido à incompatibilidade de seus desejos com a realidade e à inadequação do estágio infantil de desenvolvimento. Ele pereceu nas mais penosas ocasiões com sensações profundamente dolorosas. A perda do amor e o fracasso deixaram um dano permanente na autoestima como cicatriz

narcísica, que, em minha experiência e nas observações de Marcinowski,^[14] foi a maior contribuição para o frequente “sentimento de inferioridade” dos neuróticos. A pesquisa sexual, que era limitada pelo desenvolvimento corporal da criança, não conduziu a uma conclusão satisfatória; daí a reclamação posterior: “Não consigo concluir nada, para mim nada dá certo.” O vínculo amoroso, principalmente com o genitor do sexo oposto, sucumbiu à decepção, à fútil espera por satisfação, ao ciúme quando do nascimento de uma nova criança, o que comprovava inequivocamente a infidelidade do(a) amado(a); a tentativa de criar ela mesma uma criança dessas, empreendida com seriedade trágica, falhou de um modo vergonhoso; a diminuição da ternura dispensada à criança, o aumento da demanda de educação, palavras sérias e uma punição ocasional finalmente revelaram toda a extensão do *desdém* que lhe coube. Existem alguns poucos tipos, que retornam de modo regular, de como é posto um fim ao amor típico dessa época da infância.

Todas essas circunstâncias indesejáveis e afetos dolorosos são agora repetidos pelo neurótico na transferência e revividos com grande habilidade. Eles se esforçam para interromper a cura inacabada, sabem como recuperar a impressão de *desdém*, forçar o médico a usar palavras ásperas e um comportamento frio contra eles, encontram objetos adequados para seus ciúmes, substituem a criança fervorosamente desejada de tempos primevos pela intenção ou pela promessa de um grande presente, que geralmente não é mais real do que aqueles. Nada disso pôde trazer prazer outrora; seria possível pensar que, hoje, isso deveria causar um desprazer menor, caso aparecesse como uma recordação ou em sonho, em vez de tomarem a forma de uma nova vivência. É claro que se trata da ação das pulsões que deveriam levar à satisfação, mas não tem sido frutífera a experiência de que, em vez disso, elas também naquela época trouxeram apenas desprazer. Apesar disso, ela é repetida; a compulsão impele a tanto.

O que a psicanálise mostra nos fenômenos de transferência dos neuróticos também pode ser encontrado na vida das pessoas não neuróticas. Nelas há a impressão de um destino que as persegue, de um traço demoníaco em sua experiência, e, desde o início, a psicanálise considerou tal destino, em grande parte, preparado por elas mesmas e determinado pelas primeiras influências infantis. A compulsão que se expressa aí não difere da compulsão à repetição nos neuróticos, embora essas pessoas nunca tenham apresentado sinais de

um conflito neurótico que foi resolvido pela formação de sintomas. É assim que a gente conhece pessoas para quem toda relação humana tem o mesmo resultado: benfeitores que, depois de algum tempo, são abandonados no ressentimento por todos os seus protegidos, um por um, por mais diferentes que sejam, parecendo destinados, portanto, a saborear toda a amargura da ingratidão; homens para quem toda amizade acaba com a traição do amigo; outros que repetem inúmeras vezes em sua vida o círculo de elevar outra pessoa à grande autoridade, para si mesmo ou também para a opinião pública, e, então, depois de determinado tempo, derrubam eles próprios essa autoridade para substituí-la por uma nova; amantes cuja relação terna com a mulher passa pelas mesmas fases e leva ao mesmo fim etc. Surpreendemo-nos pouco com esse “eterno retorno do mesmo” quando se trata de um comportamento *ativo* da pessoa em questão e quando descobrimos o traço de caráter imutável de sua essência, que deve se expressar na repetição das mesmas vivências. Têm um efeito muito mais forte sobre nós os casos em que a pessoa parece vivenciar *passivamente* algo sobre o qual ela não tem influência, enquanto vivencia apenas a repetição do mesmo destino. Pense-se, por exemplo, na história daquela mulher que se casou três vezes seguidas com homens que adoeceram após um curto período e tiveram que ser cuidados até a morte por ela.^[15] [Torquato] Tasso criou o retrato poético mais comovente desse destino no épico romântico *Jerusalém libertada*. O herói Tancredo matou sem saber sua amada Clorinda quando ela lutou com ele na armadura de um cavaleiro inimigo. Após seu enterro, ele penetra na inquietante floresta mágica que aterroriza o exército dos Cruzados. Lá ele corta uma árvore alta com sua espada, mas da ferida da árvore escorre o sangue e a voz de Clorinda, cuja alma estava presa nesta árvore, acusando-o de ter ferido novamente sua amada.

Diante dessas observações advindas do comportamento na transferência e do destino dos seres humanos, encontraremos coragem para supor que existe realmente uma compulsão à repetição na vida psíquica que está além do princípio do prazer. Também estaremos inclinados a relacionar, agora, os sonhos de quem sofre neurose traumática e o incitamento da criança para brincar com essa compulsão. No entanto, precisamos nos dizer que apenas em casos raros podemos apreender de modo puro os efeitos da compulsão à repetição, sem o auxílio de outros fatores. No caso das brincadeiras infantis,

já enfatizamos quais são as outras interpretações que sua origem permite. A compulsão à repetição e a satisfação pulsional prazerosa parecem estar interligadas em uma similitude íntima. Os fenômenos de transferência estão evidentemente a serviço da resistência por parte do Eu, que insiste na repressão; a compulsão à repetição é, por assim dizer, invocada pelo Eu, que deseja se apegar ao princípio do prazer. Muito do que se poderia chamar de compulsão do destino parece-nos compreensível pela consideração racional, de modo que não se sente a necessidade de estabelecer um motivo novo e misterioso. Talvez o caso mais insuspeito seja o dos sonhos traumáticos, mas, em uma ponderação mais minuciosa, devemos admitir que, nos outros exemplos, o estado de coisas não é abrangido pela realização dos motivos que conhecemos. Restam suficientes elementos que justificam a suposição da compulsão à repetição, e isso nos parece ser mais original, mais elementar, mais pulsional do que o princípio do prazer, que ela põe de lado. Mas se existe essa compulsão à repetição no psíquico, gostaríamos de saber algo sobre ela, a que função corresponde, em que condições pode surgir e qual sua relação com o princípio do prazer, a que confiamos até agora o domínio do curso dos processos de excitação na vida psíquica.

IV

O que agora se segue é especulação, com frequência especulação bem divagante, que cada um apreciará ou ignorará de acordo com sua disposição particular. No mais, é um ensaio, uma tentativa de explorar de forma coerente uma ideia, por curiosidade de saber aonde levará.

A especulação psicanalítica liga-se à impressão, recebida na investigação dos processos inconscientes, de que a consciência não poderia ser o caráter mais geral dos processos psíquicos, mas apenas uma função particular deles. Em termos metapsicológicos, ela afirma que a consciência é a conquista de um sistema particular que ela chama de Cs. Uma vez que a consciência fornece essencialmente percepções de excitações que vêm do mundo exterior e sensações de prazer e desprazer que só podem se originar de dentro do aparelho psíquico, uma localização espacial pode ser atribuída ao sistema *P-Cs*. Deve situar-se na fronteira entre o exterior e o interior, enfrentar o mundo externo e envolver os outros sistemas psíquicos.

Percebemos, então, que, com essas suposições, não propusemos nada de novo, mas seguimos a anatomia do cérebro, que situa a “sede” da consciência no córtex, na camada mais externa e envolvente do órgão central. A anatomia cerebral não precisa ser ocupada pelo pensamento de que — anatomicamente falando — a consciência está localizada exatamente na superfície do cérebro, em vez de se abrigar em algum lugar no seu interior. Talvez possamos ir além na derivação de tal situação para nosso sistema P-Cs.

A consciência não é a única singularidade que atribuímos aos processos desse sistema. Apoiamo-nos nas impressões de nossa experiência psicanalítica quando supomos que todos os processos de excitação nos outros sistemas deixam nele traços permanentes como fundamento da memória, isto é, rastros de recordações que nada têm a ver com a conscientização. Em geral são mais fortes e duradouros quando o processo que os deixou nunca chega à consciência. Achamos difícil, contudo, acreditar que tais rastros permanentes de excitação também sejam criados no sistema P-Cs. Eles limitariam muito rapidamente a capacidade do sistema de receptar novas excitações^[16] se permanecessem conscientes o tempo todo; caso contrário, se ficassem inconscientes, nos apresentariam a tarefa de explicar a existência de processos inconscientes em um sistema cujo funcionamento normalmente está acompanhado pelo fenômeno da consciência. Não teríamos mudado nem ganhado nada, por assim dizer, por meio de nossa suposição, que relega a conscientização a um sistema especial. Embora possa não ser uma consideração absolutamente segura, ela pode, entretanto, nos levar a suspeitar que a conscientização e a ação de deixar um rastro de recordação são incompatíveis para o mesmo sistema. Poderíamos dizer que o processo de excitação se torna consciente no sistema P-Cs, mas não deixa rastros permanentes; todos os seus rastros, nos quais a recordação se apoia, ocorreriam, para os sistemas internos adjacentes, na propagação da excitação neles. É nesse sentido que também foi esboçado o esquema na seção especulativa da minha *Interpretação dos sonhos* em 1900. Se considerarmos o quão pouco sabemos sobre o surgimento da consciência a partir de outras fontes, será necessário conceder ao menos o significado de uma afirmação determinada de algum modo à proposição de que *a consciência surge no lugar do rastro de recordação*.

O sistema Cs, portanto, se distinguiria pela particularidade de que o processo de excitação não deixa uma mudança permanente em seus elementos, como em todos os outros sistemas psíquicos, mas desaparece no fenômeno de conscientização. Tal desvio da regra geral requer uma explicação por um fator a ser considerado exclusivamente nesse sistema, e, não constando em outros sistemas, ele poderia facilmente ser o lugar exposto do sistema Cs, seu contato imediato com o mundo exterior.

Se imaginamos o organismo vivo em sua maior simplificação possível como uma vesícula indiferenciada de substância excitável; então, sua superfície voltada para o mundo exterior é diferenciada por seu lugar e serve como um órgão que recebe estímulos. A embriologia, como repetição da história do desenvolvimento, também mostra realmente que o sistema nervoso central emerge do ectoderma, e o córtex cerebral cinzento ainda é uma derivação da superfície primitiva e poderia ter herdado propriedades essenciais desta. Seria, então, facilmente concebível que o impacto constante de estímulos externos na superfície da vesícula mudasse permanentemente sua substância até uma certa profundidade, de modo que seu processo de excitação ocorresse de forma diferente em relação às camadas mais profundas. Forma-se, assim, um córtex, tão fundido, por fim, pelo efeito dos estímulos que revela as mais favoráveis condições para a recepção de estímulo, não sendo capaz de modificações posteriores. Aplicado ao sistema Cs, isso significaria que seus elementos não poderiam mais aceitar qualquer mudança permanente na passagem da excitação, pois já foram modificados ao máximo no sentido desse efeito. Mas, então, eles seriam capazes de permitir que a consciência surgisse. Pode-se criar diversas concepções sobre em que consiste essa modificação da substância e do processo de excitação que ocorre nela, que escapam à verificação no momento. Pode-se supor que a excitação precisa superar uma resistência à medida que progride de um elemento para outro, e que essa redução na resistência define o rastro permanente da excitação (facilitação); no sistema Cs, portanto, não haveria mais essa resistência de transição de um elemento para o outro. Essa concepção pode ser ligada à distinção feita por Breuer entre a energia de investimento em repouso (ligada) e a em movimento livre nos elementos dos sistemas psíquicos;^[17] os elementos do sistema Cs, então, não conduziram nenhuma energia ligada, somente energia livremente dissipável. Mas, por

ora, acredito ser melhor me expressar da maneira mais vaga possível sobre essas relações. Mesmo assim, graças a essas especulações, teríamos entremeado o surgimento da consciência em certa conexão com a localização do sistema Cs e as particularidades do processo de excitação atribuíveis a ele.

Temos ainda o que discutir em relação à vesícula viva com sua camada cortical que recebe os estímulos. Esse pedacinho de substância viva paira em um mundo exterior carregado com as mais fortes energias e seria exterminado pelos efeitos dos estímulos dele se não fosse dotado com uma *proteção antiestímulos*. Ele a obtém da seguinte maneira: sua superfície mais externa cede a estrutura ao vivente que se aproxima, se transformando, em certo sentido, em inorgânica e, então, atua como um receptáculo ou membrana especial que impede o avanço dos estímulos, ou seja, faz com que as energias do mundo exterior avancem para as próximas camadas que continuaram vivas com apenas uma fração de sua intensidade. Por trás da proteção antiestímulos, agora podem se dedicar a receptor a quantidade de estímulos permitida. No entanto, ao morrer, a camada externa protegeu todas as camadas mais profundas que tinham o mesmo destino, pelo menos até que não as alcancem os estímulos com uma força tal que rompam a proteção antiestímulos. Para o organismo vivo, a proteção antiestímulos é uma tarefa quase mais importante do que sua recepção; ele está equipado com um suprimento de energia próprio e deve, acima de tudo, se esforçar em proteger da equalização as formas especiais de conversão de energia que atuam nele, isto é, da influência destrutiva das energias superdimensionadas que trabalham no exterior. A recepção do estímulo serve sobretudo para descobrir a direção e o tipo dos estímulos externos, e, para isso, deve ser suficiente retirar pequenas amostras do mundo exterior e prová-las em quantidades mínimas. Em organismos altamente desenvolvidos, a camada cortical de recepção de estímulos da antiga vesícula há muito recuou para as profundezas do interior do corpo, mas partes dela são deixadas na superfície imediatamente abaixo da proteção geral antiestímulos. Esses são os órgãos sensoriais, que essencialmente contêm dispositivos para recepção dos efeitos de estímulos específicos, mas também aparatos especiais para proteção renovada contra quantidades excessivas de estímulos e para prevenção de tipos inadequados de estímulos. É característico deles que processem apenas quantidades muito pequenas do estímulo externo, tomando apenas

amostragens do mundo exterior; talvez seja possível compará-los a antenas que tateiam o mundo exterior e depois voltam a se retirar dele repetidamente.

Neste ponto, permito-me abordar brevemente um assunto que merece um tratamento mais minucioso. A tese kantiana de que o tempo e o espaço são formas necessárias de nosso pensamento pode ser posta em discussão hoje como consequência de determinados conhecimentos psicanalíticos. Aprendemos que os processos psíquicos inconscientes são “atemporais” em si. Isso significa que, primariamente, não são ordenados no tempo, que o tempo não muda nada neles e que o conceito de tempo não lhes é aplicável. São características negativas que só podem ser elucidadas em uma comparação com processos psíquicos conscientes. Nossa concepção abstrata de tempo parece, em vez disso, derivar inteiramente do funcionamento do sistema *P-Cs* e corresponder a uma autopercepção desse sistema. Nesse modo de funcionamento, a proteção antiestímulos pode trilhar outro caminho. Sei que essas afirmações soam muito obscuras, mas preciso me limitar a essas indicações.

Até agora, afirmamos que a vesícula viva está equipada com uma proteção antiestímulos do mundo exterior. Determinamos anteriormente que a camada seguinte do córtex deve ser diferenciada como um órgão para recepção de estímulos de fora. Essa camada cortical sensível, posteriormente o sistema *Cs*, também recebe estímulos vindos de dentro; a localização do sistema entre o exterior e o interior e a diferença nas condições de influência de um lado e do outro se tornam decisivas para o desempenho do sistema e de todo o aparelho psíquico. Perante o exterior, há uma proteção antiestímulos e as quantidades de estímulos que o alcançam só agirão em escala reduzida; na direção do interior, a proteção antiestímulos é impossível, as excitações das camadas mais profundas se propagam no sistema diretamente e sem diminuição, uma vez que certas características de seu curso produzem a série de sensações de prazer-desprazer. Porém, as excitações vindas de dentro serão mais adequadas ao funcionamento do sistema do que os estímulos que fluem do mundo externo, de acordo com sua intensidade e de acordo com outras características qualitativas (eventualmente de acordo com sua amplitude). Mas duas coisas são determinadas decisivamente por essas relações: em primeiro lugar, a prevalência das sensações de prazer-desprazer, que são um índice para

processos no interior do aparelho, sobre todos os estímulos externos; e, em segundo, uma direção de comportamento contra essas excitações internas, que levam a um aumento excessivo de desprazer. Surgirá uma tendência a tratá-las como se estivessem agindo não de dentro, mas de fora, para poder aplicar contra elas os meios de defesa ou a proteção antiestímulo. Essa é a origem da *projeção*, que tem um papel muito grande na causação de processos patológicos.

Tenho a impressão de que, por meio de nossas últimas considerações, estamos mais próximos de entender o domínio do princípio do prazer; não conseguimos esclarecer, no entanto, os casos que se opõem a ele. Então, vamos dar um passo adiante. Essas excitações externas, fortes o suficiente para romper a proteção antiestímulos, são chamadas de *traumáticas*. Acredito que o conceito de trauma requer tal relação com um impedimento de estímulos em geral eficaz. Um evento como o trauma externo certamente causará um imenso distúrbio na operação energética do organismo e acionará todos os meios de defesa. Mas, nesse acionamento, o princípio do prazer fica inicialmente suspenso. A inundação do aparelho psíquico com grandes quantidades de estímulos não deve mais ser impedida; em vez disso, surge outra tarefa, a de lidar com o estímulo, ligar psiquicamente as quantidades de estímulo que irromperam para, então, eliminá-las.

Provavelmente, o desprazer específico da dor física é o resultado do fato de que a proteção antiestímulos foi rompida em uma escala limitada. Desse ponto na periferia, as excitações contínuas fluem para o aparelho psíquico central, que, normalmente, só poderiam vir de dentro do aparelho.^[18] E o que podemos esperar como reação da vida psíquica a essa invasão? A energia de investimento é mobilizada de todos os lados para criar níveis correspondentemente altos de investimentos de energia nas cercanias do ponto de irrupção. Um grande “contrainvestimento” é produzido, em favor do qual todos os outros sistemas psíquicos se empobrecem, de modo que se segue extensa paralisação ou degradação do restante do funcionamento psíquico. Tentamos aprender com esses exemplos, baseando nossos pressupostos metapsicológicos em tais modelos. Concluimos desse comportamento, portanto, que um sistema, mesmo altamente investido, é capaz de receptar uma nova energia que flui para ele, de convertê-la em investimento de repouso, ou seja, de “ligá-la” psiquicamente. Quanto mais

elevado o próprio investimento de repouso, maior seria sua força de ligação; ao contrário, quanto menor seu investimento, menos o sistema é capaz de receptor a energia que aflui e mais violentas, então, devem ser as consequências de tal rompimento da proteção antiestímulos. Não se objetará com razão a concepção de que o aumento dos investimentos em torno do ponto de irrupção se explicaria muito mais facilmente a partir da transmissão direta das quantidades de excitação que chegam. Se fosse esse o caso, o aparelho psíquico apenas experimentaria um aumento em seus investimentos de energia, e o caráter paralisante da dor, o empobrecimento de todos os outros sistemas, permaneceria sem explicação. Além disso, os efeitos muito violentos da descarga da dor não interferem em nossa explicação, pois ocorrem de forma reflexa, ou seja, sem a mediação do aparelho psíquico. A indeterminação de todas as nossas discussões, que chamamos de metapsicológicas, decorre evidentemente do fato de que não sabemos nada sobre a natureza do processo de excitação nos elementos dos sistemas psíquicos e não nos sentimos na posição de fazer quaisquer suposições sobre ele. De modo que sempre operamos, portanto, com um “X” maiúsculo, que transferimos a cada nova fórmula. Aceitamos com facilidade a exigência de que esse processo transcorra com energias quantitativamente diferentes, e pode ser provável para nós que ele também tenha mais de uma qualidade (por exemplo, na forma de uma amplitude); como algo novo, consideramos a afirmação de Breuer de que existem dois tipos de realização da energia, de modo que deve ser feita uma distinção entre um investimento dos sistemas psíquicos (ou de seus elementos) de fluxo livre, pressionado pela descarga, e um em repouso. Talvez possamos admitir que a “ligação” da energia que flui para o aparelho psíquico consiste em uma transição do fluxo livre para o estado de repouso.

Creio que se pode ousar tentar entender a neurose traumática comum como resultado de uma ampla ruptura na proteção antiestímulo. Isso reabilitaria a velha e ingênua teoria do choque, aparentemente em oposição a uma posterior e psicologicamente mais exigente, que atribui o significado etiológico não ao efeito da violência mecânica, mas ao susto e à ameaça à vida. Ocorre, contudo, que esses opostos não são irreconciliáveis, e a concepção psicanalítica da neurose traumática não é idêntica à forma mais crua da teoria do choque. Se esta última coloca a essência do choque no dano direto à estrutura molecular, ou mesmo à estrutura histológica dos

elementos nervosos, procuramos entender seu efeito a partir do rompimento da proteção antiestímulos do aparelho psíquico e das tarefas decorrentes dele. O susto também tem seu significado para nós. Sua condição é a falta de preparação para a angústia, o que inclui o sobreinvestimento dos sistemas que inicialmente recebem o estímulo. Como resultado desse investimento mais baixo, os sistemas não se veem em condições boas de reter quantidades de excitação que chegam, e as consequências do rompimento da proteção antiestímulos aparecem com muito mais facilidade. Descobrimos, então, que a preparação para a angústia com o sobreinvestimento dos sistemas receptores constitui a última fileira da proteção antiestímulos. Para toda uma série de traumas, a diferença entre os sistemas despreparados e os preparados pelo sobreinvestimento pode ser o fator decisivo para o resultado final; essa diferença provavelmente perderá a importância a partir de uma certa força do trauma. Se os sonhos de quem sofre neurose por um acidente conduzem regularmente o paciente de volta à situação do acontecido, então não servem à realização de desejos, cujo impacto alucinatório se tornou uma função para eles sob o domínio do princípio do prazer. No entanto, podemos supor que, dessa forma, eles se colocam à disposição de outra tarefa, cuja solução deve ser precedida antes que o princípio do prazer possa iniciar seu domínio. Esses sonhos procuram lidar com os estímulos durante o desenvolvimento da angústia, cuja omissão se tornou a causa da neurose traumática. Eles nos dão uma visão de uma função do aparelho psíquico que, sem contradizer o princípio do prazer, é independente dele e parece mais original do que a intenção de obter prazer e evitar o desprazer.

Aqui, então, seria o ponto de, antes de mais nada, admitir uma exceção à proposição de que o sonho é uma realização de desejo. Os sonhos de angústia não são uma exceção, como mostrei repetidamente e em detalhes, nem os “sonhos de punição”, porque eles apenas colocam a punição apropriada no lugar da desaprovada realização do desejo, ou seja, a realização do desejo da consciência de culpa que reage à pulsão rejeitada. Mas os sonhos acima mencionados dos neuróticos que sofreram um acidente não podem mais ser postos sob o ponto de vista da realização de desejos, e tampouco os sonhos que ocorrem nas psicanálises, que trazem de volta recordações dos traumas psíquicos da infância. Em vez disso, obedecem à compulsão à repetição, que, na análise é, no entanto, sustentada pelo

desejo — não inconsciente — de evocar o que foi esquecido e recalçado. De modo que não seria, portanto, a função original do sonho eliminar os motivos para interromper o sono pela realização de desejos de excitações perturbadoras; só poderia assumi-la depois que toda a vida psíquica tivesse aceitado o domínio do princípio do prazer. Havendo um “além do princípio do prazer”, então é lógico permitir um período anterior à tendência de realização de desejos do sonho. Não contradiz, com isso, sua função posterior. Apenas surge, uma vez que essa tendência foi interrompida, outra questão: não são também possíveis fora da análise tais sonhos que obedecem a compulsão à repetição no interesse da conexão psíquica das impressões traumáticas? A resposta aqui é completamente afirmativa.

Sobre as “neuroses de guerra”, na medida em que este termo significa mais que a relação com a causa do sofrimento, afirmei em outro lugar que elas poderiam muito bem ser neuroses traumáticas que foram aliviadas por um conflito do Eu.^[19] O fato mencionado anteriormente, de que um ferimento grave simultâneo causado pelo trauma reduz a chance de surgimento de uma neurose, não é mais incompreensível quando se pensa em duas circunstâncias enfatizadas pela investigação psicanalítica. Em primeiro lugar, a de que esse tremor mecânico deve ser reconhecido como uma das fontes de excitação sexual (cf. as observações sobre “O efeito de balançar e andar de trem” em *Três ensaios de uma teoria da sexualidade*, 4.^a edição, 1920), e, segundo, que o adoecimento doloroso e febril, no decorrer da sua duração, tem uma influência poderosa na distribuição da libido. Assim, a violência mecânica do trauma libertaria o quantum de excitação sexual, que tem um efeito traumático como consequência da falta de preparação para a angústia, mas o ferimento físico simultâneo, pela invocação de um sobreinvestimento narcísico do órgão afetado, ligaria o excesso de excitação (cf. “Introdução ao narcisismo”, em *Breves escritos sobre a teoria das neuroses*, Série 4, 1918). Também é sabido, mas não usado o suficiente na teoria da libido, que distúrbios graves na distribuição da libido, como o da melancolia, são temporariamente suspensos por uma doença orgânica intercorrente, e que até mesmo o estado totalmente desenvolvido de *dementia praecox* é capaz de uma regressão temporária sob a mesma condição.

V

A falta de proteção antiestímulos contra excitações de dentro, na camada cortical que as recebe, terá como consequência que essas transmissões de estímulos ganham maior importância econômica e, com frequência, dão origem a distúrbios econômicos que devem ser equiparados a neuroses traumáticas. As fontes mais abundantes de tal excitação interior são chamadas de pulsões do organismo, os representantes de todos os efeitos de força advindos do interior do corpo e transferidos para o aparelho psíquico, sendo mesmo os elementos mais importantes e também mais obscuros de pesquisa psicológica.

Talvez não achemos muito ousada a suposição de que os impulsos oriundos das pulsões não satisfazem ao tipo de processo nervoso ligado, mas sim àquele que é livremente móvel, que pressiona por descarga. O melhor que sabemos sobre esses processos vem do estudo do trabalho do sonho. Nele, descobrimos que os processos nos sistemas inconscientes são fundamentalmente diferentes daqueles nos sistemas (pré-)conscientes, que no inconsciente os investimentos podem ser facilmente transferidos, deslocados e condensados por completo, o que só poderia produzir resultados falhos caso acontecesse com material pré-consciente, e, por isso, também resulta nas particularidades conhecidas do sonho manifesto, depois que os vestígios pré-conscientes do dia foram elaborados de acordo com as leis do inconsciente. Chamei a natureza desses processos no inconsciente de processo psíquico “primário”, em oposição ao processo secundário que se aplica à nossa vida normal, em vigília. Uma vez que todos os impulsos pulsionais afetam os sistemas inconscientes, há pouca novidade em dizer que eles seguem o processo primário e, por outro lado, pouco é necessário para identificar o processo psíquico primário com o investimento livremente móvel, e o processo secundário com as mudanças no investimento ligado ou tônico de Breuer.^[20] Caberia, então, às camadas superiores do aparelho psíquico ligar a excitação das pulsões que surgem no processo primário. O fracasso dessa ligação produziria um distúrbio análogo à neurose traumática; somente depois que o vínculo fosse estabelecido é que o domínio do princípio do prazer (e de sua modificação em princípio da realidade) pode

realizar-se sem impedimentos. Até então, entretanto, a outra tarefa do aparelho psíquico, a de lidar com a excitação ou ligá-la, teria precedência, não, porém, em oposição ao princípio do prazer, mas independentemente dele e, em parte, sem tê-lo em conta.

As manifestações de uma compulsão à repetição, que descrevemos nas primeiras atividades da vida psíquica da criança e nas experiências do tratamento psicanalítico, mostram em alto grau o caráter pulsional e, onde estão em oposição ao princípio do prazer, o caráter demoníaco. Nas brincadeiras infantis, acreditamos compreender que a criança também repete a vivência desagradável porque, por meio de sua atividade, adquire um domínio muito mais completo da forte impressão do que seria possível com a vivência meramente passiva. Cada nova repetição parece melhorar esse domínio almejado e, mesmo com vivências prazerosas, a criança não consegue se cansar das repetições e insistirá implacavelmente na identidade da impressão. Esse traço de caráter deve desaparecer mais tarde. Uma piada ouvida pela segunda vez será quase ineficaz, uma representação teatral nunca mais terá a mesma impressão que deixou na primeira vez; sim, será difícil convencer o adulto a reler imediatamente um livro que lhe agradou muito. A novidade sempre será a condição da fruição. A criança, porém, não se cansa de pedir ao adulto que repita uma brincadeira que lhe é demonstrada ou fez com ela, até que aquele, exausto, o recuse. Assim como, quando for contada uma bela história à criança, ela sempre desejará ouvi-la em vez de uma nova, insistindo incansavelmente na repetição idêntica e corrigindo quaisquer mudanças feitas pelo narrador, com as quais ele talvez possa até querer receber algum mérito. O princípio do prazer não é contrariado aqui; é evidente que a repetição, o reencontro da identidade, significa, em si, uma fonte de prazer. No caso do analisando, em contrapartida, fica claro que a compulsão de repetir as ocorrências de seu período infantil na transferência se põe de *todos* os modos acima do princípio do prazer. O paciente comporta-se completamente de forma infantil e nos mostra que os rastros de recordação recalcada de suas vivências primeiras não estão disponíveis nele em um estado ligado e, de certa maneira, não estão aptos para acompanhar o processo secundário. É a essa não ligação que eles devem sua faculdade de formar, pela fixação nos restos do dia, uma fantasia de desejo a ser representada em um sonho. A mesma compulsão à repetição muitas vezes nos aparece como um obstáculo terapêutico quando

queremos impor o desligamento completo do médico ao final do tratamento, e é possível supor que o medo sombrio de quem não está familiarizado com a análise, que receiam despertar algo que, na sua opinião, seria melhor deixar dormindo, é, no fundo, o temor de que surja essa compulsão demoníaca.

De que modo, porém, o caráter pulsional está relacionado com a compulsão à repetição? Aqui deve se impor a ideia de que encontramos um caráter universal, até então não claramente reconhecido — ou ao menos não explicitamente enfatizado — das pulsões, talvez de toda a vida orgânica em geral. *Uma pulsão seria, portanto, um ímpeto, inerente ao orgânico vivo, de restauração de um estado anterior* que o ser vivo teve que abandonar sob a influência de forças externas perturbadoras, uma espécie de elasticidade orgânica, ou, se preferirem, a expressão de inércia na vida orgânica.^[21]

Essa concepção de pulsão parece estranha, pois nos acostumamos a ver na pulsão o fator que pressiona para a mudança e o desenvolvimento, e agora devemos reconhecer nela exatamente o oposto, a manifestação da natureza *conservadora* do ser vivente. Por outro lado, logo nos ocorrem os exemplos da vida animal que parecem confirmar o condicionamento histórico das pulsões. Quando certos peixes fazem árduas migrações perto do período de desova para pôr os ovos em determinadas águas, longe de seus outros habitats, apenas buscam, de acordo com a interpretação de muitos biólogos, os lugares antigos de habitação de sua espécie que, com o passar do tempo, trocaram por outros. Isso também deve se aplicar aos voos de aves migratórias, mas a lembrança de que nos fenômenos da hereditariedade e nos fatos da embriologia temos as provas mais esplêndidas da compulsão à repetição orgânica logo nos exime da busca de outros exemplos. Vemos que o germe de um animal vivo é compelido a repetir, em seu desenvolvimento, as estruturas de todas as formas das quais o animal deriva — ainda que em uma abreviação efêmera — em vez de se apressar pelo caminho mais curto para sua conformação definitiva, e se pode explicar mecanicamente apenas uma mínima parte desse comportamento, não sendo possível ignorar a explicação histórica. E, da mesma forma, na hierarquia animal, se estende muito acima uma capacidade reprodutiva que substitui um órgão perdido pela formação de um novo que é absolutamente idêntico a ele.

Não pode ser desconsiderada a objeção evidente de que, além das pulsões conservadoras que exigem repetição, há também outras que pressionam para a reformulação e o progresso, devendo também ser incluída em nossas considerações posteriores. Mas, antes disso, podemos nos dar à tentação de perseguir até as últimas consequências a suposição de que todas as pulsões querem restaurar a que era anterior. Se o que advir daí der a impressão de “profundidade” ou sugerir algo místico, sabemos que não seremos culpados por termos buscado algo dessa feita. Procuramos resultados sóbrios da pesquisa ou da consideração fundamentada nela, e não queremos lhes dar um caráter que não seja o da segurança.

Portanto, se todas as pulsões orgânicas são conservadoras, adquiridas historicamente e orientadas à regressão, à restauração da anterior, devemos colocar todos os sucessos do desenvolvimento orgânico na conta de influências externas, perturbadoras e desviantes. O ser vivo elementar não teria desejado mudar desde o início se tivesse repetido o mesmo curso de vida em condições constantes. Mas, em última análise, deveria ser a história do desenvolvimento de nossa Terra e sua relação com o Sol que, no desenvolvimento dos organismos, deixou sua marca em nós. As pulsões orgânicas conservadoras incorporaram cada um desses desvios forçados do curso da vida e os mantiveram para repetição e, portanto, devem dar a impressão enganosa de forças que lutam por mudança e progresso, enquanto apenas tentam atingir um antigo objetivo de maneiras antigas e novas. Esse objetivo final de todo esforço orgânico também pode ser especificado. A natureza conservadora das pulsões seria contradita se o objetivo da vida fosse um estado nunca antes alcançado. Em vez disso, deve ser um estado inicial antigo, que o ser vivo deixou uma vez e para o qual se esforça para voltar por meio de todos os desvios do desenvolvimento. Se pudermos aceitar como uma experiência sem exceção que tudo o que vive morre por razões *internas* e retorna ao inorgânico, só podemos dizer que: *o objetivo de toda a vida é a morte*, e, em retrospecto, que: *o inanimado existia antes do vivo*.

Em algum momento, as propriedades do que era vivo foram despertadas na matéria inanimada por uma força ainda totalmente inimaginável. Talvez tenha sido um processo idealmente semelhante ao que mais tarde deu origem à consciência em uma certa camada da matéria viva. A tensão que surgiu naquele momento na matéria antes inanimada buscou se equalizar;

essa foi a primeira pulsão de retornar ao estado sem vida. Para a substância viva, naquele momento a morte era fácil, provavelmente traçava apenas uma curta jornada de vida, cuja direção era determinada pela estrutura química da jovem vida. Por muito tempo, a substância viva pode ter sido recriada várias vezes, morrido com facilidade, até que influências externas decisivas mudassem de tal forma que exigissem da substância ainda sobrevivente desvios cada vez maiores do caminho original da vida e rodeios cada vez mais complicados até alcançar o objetivo da morte. Esses rodeios até a morte, fielmente capturados pelas pulsões conservadoras, nos oferecem hoje o quadro dos fenômenos da vida. Se nos mantivermos na natureza exclusivamente conservadora das pulsões, não conseguiremos chegar a outras suposições sobre a origem e o objetivo da vida.

Tão estranhas quanto essas conclusões é a que decorre de grandes grupos de pulsões que statuimos por trás dos fenômenos de vida dos organismos. A proposição das pulsões de autopreservação, que atribuímos a todos os seres vivos, se opõe notavelmente ao pressuposto de que toda a vida pulsional serve para a realização da morte. Visto sob essa luz, o significado teórico das pulsões de autopreservação, de poder e de reconhecimento diminui; são pulsões parciais, destinadas a assegurar o próprio caminho da morte do organismo e a manter distantes outras possibilidades de retorno ao inorgânico que não sejam imanentes, mas deixa de ter lugar o intrigante esforço do organismo de se afirmar apesar do mundo todo, já que não encontra guarida em nenhum contexto. Resta apenas que o organismo quer morrer apenas à sua maneira; essas sentinelas da vida também foram originalmente guardiães da morte. Nisso, surge o paradoxo de que o organismo vivo se encrespa energeticamente contra influências (perigos) que poderiam ajudá-lo a atingir seu objetivo na vida por um caminho abreviado (por curto-circuito, por assim dizer), mas esse comportamento caracteriza justamente um esforço puramente pulsional, contrário a um inteligente.^[22]

Mas pensemos bem, não pode ser assim! As pulsões sexuais, para as quais a teoria das neuroses reivindicou uma posição especial, surgem sob uma luz completamente diferente. Nem todos os organismos estão sujeitos à coação exterior que os levava a um desenvolvimento cada vez mais amplo. Muitos conseguiram manter-se em seu nível inferior até o presente; ainda existem

muitos seres vivos, senão todos, que devem ser semelhantes aos estágios preliminares de animais e plantas superiores. E, da mesma forma, nem todos os organismos elementares que constituem o corpo complexo de um ser vivo superior percorrem todo o caminho de desenvolvimento até a morte natural. Alguns entre eles, as células germinativas, provavelmente retêm a estrutura original da substância vivente e, após um certo tempo, carregadas de todas as instalações pulsionais herdadas e recém-adquiridas, se separam de todo o organismo. Talvez sejam precisamente essas duas propriedades que permitem que eles existam de maneira independente. Quando colocados em condições favoráveis, começam a se desenvolver, ou seja, a repetir o jogo ao qual devem sua origem, e isso termina com outra parte de sua substância continuando o desenvolvimento até o fim, enquanto outra parte retorna ao início do desenvolvimento como um novo resíduo germinativo. Desse modo, essas células germinativas atuam contra a morte da substância viva e sabem conseguir para elas o que deve nos parecer uma imortalidade potencial, embora talvez signifique apenas uma extensão do caminho da morte. Muito mais significativo para nós é o fato de que a célula germinativa é fortalecida ou, antes mesmo, capacitada para essa conquista ao se fundir com outra que seja semelhante e, ainda assim, diferente dela.

Formam o grupo das pulsões sexuais as que tomam conta do destino desses organismos elementares que sobrevivem ao ser individual, cuidam de sua acomodação segura enquanto estão indefesos contra os estímulos do mundo exterior e provocam o encontro com as outras células germinativas etc. Elas são conservadoras no mesmo sentido que as outras, na medida em que restauram os estados anteriores da substância viva, mas o são em maior escala, uma vez que se mostram particularmente resistentes diante das influências externas, e o são, então, ainda em um outro sentido, já que conservam a própria vida por períodos mais longos. Elas são as autênticas pulsões de vida, na medida em que se contrapõem à intenção das outras pulsões, cuja função consiste em conduzir à morte, se insinua uma oposição entre elas e as demais, que a teoria das neuroses logo reconheceu como significativa. Há como que um ritmo vacilante na vida dos organismos; um grupo de pulsões avança para alcançar o mais rápido possível o objetivo final da vida, enquanto o outro recua rapidamente até um determinado local nesse caminho para retomá-lo a partir de certo ponto e, assim, prolongar o trajeto. Mas, além disso, ainda que a sexualidade e a diferença entre os sexos

certamente não estivessem presentes no início da vida, é possível que, mais tarde, as pulsões descritas como sexuais tenham entrado em atividade desde o início e não assumindo apenas posteriormente seu trabalho contra o jogo das “pulsões do Eu”.

Retornemos, então, nós mesmos pela primeira vez para perguntar se todas essas especulações não seriam infundadas. Realmente não existe, *com exceção das pulsões sexuais*, nenhuma outra pulsão além daquelas que querem restaurar um estado anterior, nem outras que se esforçam para obter um que nunca tenha sido alcançado? Não conheço nenhum exemplo seguro no mundo orgânico que contradiga a característica proposta nestes escritos. De certo, uma pulsão universal de desenvolvimento ascendente no mundo animal e vegetal não pode ser constatada, mesmo que tal direção de desenvolvimento realmente permaneça indiscutível. Mas, por um lado, muitas vezes é apenas uma questão de nossa estimativa se declaramos que um estágio de desenvolvimento é superior a outro, e, por outro lado, a ciência da vida nos mostra que um desenvolvimento superior em um ponto é muitas vezes conquistado ou compensado pela regressão em outro. Existem também formas animais suficientes cujos estados juvenis nos mostram que seu desenvolvimento assumiu antes um caráter regressivo. O desenvolvimento superior e a regressão poderiam ser o resultado das forças externas que demandam a adaptação, e o papel das pulsões nos dois casos poderia ser limitado a reter a mudança forçada como fonte interna de prazer.^[23]

Muitos de nós também podem achar difícil renunciar à crença de que existe uma pulsão para a perfeição no próprio ser humano que o levou ao seu nível atual de realização intelectual e sublimação ética, e da qual pode se esperar que cuide de seu desenvolvimento rumo ao super-homem. No entanto, não acredito em tal impulso interior e não vejo por onde respeitar essa ilusão reconfortante. O desenvolvimento do ser humano até aqui me parece não necessitar de uma explicação diversa daquela dos animais, e o que se observa em uma minoria de indivíduos humanos como um ímpeto incansável de maior perfeição pode ser facilmente entendido como uma consequência da repressão pulsional, com base na qual o elemento mais valioso na cultura humana é construído. A pulsão recalcada nunca desiste de aspirar à sua satisfação plena, que consistiria na repetição de uma

experiência de satisfação primária; todas as formações de substituição e reação, bem como todas as sublimações, são inadequadas para suspender a sua tensão duradoura, e da diferença entre o prazer de satisfação encontrado e o exigido resulta o fator impulsionador, que não permite que se persista em nenhuma das situações produzidas, mas, nas palavras do poeta, “impulsiona, indômito, sempre para a frente” (Mefisto em *Fausto*, I, Gabinete de estudos). O caminho para trás, para a plena satisfação, geralmente é obstruído pelas resistências que mantêm os recalques, e então não há outra escolha a não ser prosseguir na outra direção, ainda livre, de desenvolvimento, mas sem perspectiva de concluir o processo e de ser capaz de atingir o objetivo. Os processos envolvidos no desenvolvimento de uma fobia neurótica, que nada mais é do que uma tentativa de escapar da satisfação pulsional, nos dão o modelo para o surgimento dessa aparente “pulsão de aperfeiçoamento”, que não podemos atribuir a todos os indivíduos humanos. Embora as condições dinâmicas para tanto estejam universalmente presentes, as condições econômicas, contudo, parecem favorecer o fenômeno apenas em casos raros.

VI

Nosso resultado até aqui, o que estabelece uma nítida oposição entre as “pulsões do Eu” e as pulsões sexuais, e que faz a primeira impelir para a morte e a segunda para a preservação da vida, certamente não nos satisfará em muitos sentidos. Além disso, poderíamos apenas reivindicar o caráter conservador, ou melhor, regressivo da pulsão que corresponde a uma compulsão à repetição. Pois, de acordo com a nossa hipótese, as pulsões do Eu derivam da animação da matéria inanimada e desejam restaurar a condição inânime. Em contrapartida, as pulsões sexuais reproduzem, é evidente, estados primevos do ser vivente, mas seu objetivo, que buscam por todos os meios, é a fusão de duas células germinativas que se diferenciam de certa maneira. Se essa união não ocorrer, a célula germinativa morre como todos os outros elementos do organismo multicelular. Somente sob essa condição, a função sexual pode prolongar a vida e emprestar-lhe a aparência de imortalidade. Que evento importante no curso do desenvolvimento da substância viva se repete, contudo, por meio da reprodução sexual ou de seu

precursor, a cópula de dois indivíduos entre os protistas? Não sabemos dizer, e, por isso, seria um alívio se a construção de todo esse nosso pensamento pudesse ser vista como equivocada. A oposição entre as pulsões do Eu (de morte) e as pulsões sexuais (de vida), então, cessaria, de modo que a compulsão à repetição também perderia o significado a ela atribuído.

Voltemos, por isso, a uma suposição tramada por nós, na esperança de que possa ser refutada com exatidão. Com base na hipótese de que tudo o que vive deve morrer de causas internas, construímos outras conclusões. Fizemos essa suposição de forma tão despreocupada porque não nos parece uma hipótese como tal. Estamos acostumados a pensar assim, nossos poetas nos incentivam a fazê-lo. Talvez tenhamos optado por fazer isso pelo consolo que reside nessa crença. Se a própria pessoa deve morrer depois de perder seus entes queridos para a morte, ela preferirá sucumbir a uma lei natural inexorável, à sublime Ἀνάγκη [necessidade], a uma coincidência que poderia ter sido evitada. Mas talvez essa crença na regularidade íntima da morte também seja apenas uma das ilusões que criamos “para suportar o peso da existência”. Certamente, essa crença não existiu desde sempre, não é originária: a ideia de uma “morte natural” é estranha aos povos primitivos, que atribuem cada morte entre eles à influência de um inimigo ou de um espírito maligno. Não deixemos, portanto, de recorrer à ciência biológica para examinar essa crença.

Se o fizermos, podemos talvez nos surpreender com o quanto há de discordância entre os biólogos sobre a questão da morte natural e até mesmo com como o conceito de morte lhes escapa entre os dedos. O fato de existir uma determinada longevidade média, ao menos entre os animais superiores, corrobora, evidentemente, a hipótese da morte por causas internas, mas o fato de que alguns animais grandes e árvores gigantescas atingem uma idade muito avançada e até então imprevisível anula novamente essa impressão. Segundo a magnífica concepção de W. Fliess, todos os fenômenos da vida — e certamente também a morte — dos organismos estão ligados ao cumprimento de certos prazos em que se expressa a dependência de duas substâncias vivas, uma masculina e uma feminina, relativa ao ano solar. Contudo, as observações a respeito de quão facilmente e até em qual medida a influência de forças externas pode mudar as manifestações da vida, especialmente no mundo vegetal, em sua ocorrência durante o tempo, para adiantá-las ou para retê-las, atrapalham a

rigidez das fórmulas de Fliess e permitem que pelo menos se duvide do domínio exclusivo das leis que ele elaborou.

Para nós, nosso maior interesse está relacionado ao tratamento que o tema da longevidade e da morte dos organismos encontra na obra de A. Weismann.^[24] É desse pesquisador que vem a distinção da substância viva em metade mortal e metade imortal; a mortal é o corpo no sentido mais estrito, o soma, apenas ela está sujeita à morte natural; as células germinativas, porém, são *potentia* [potencialmente] imortais, na medida em que, em certas condições favoráveis, são capazes de se desenvolverem em um novo indivíduo, ou, expresso de outra forma, circundar-se de um novo soma.
[25]

O que nos atrai aqui é a analogia inesperada com nossa própria concepção desenvolvida de maneiras tão diferentes. Weismann, que observa a matéria viva morfológicamente, reconhece nela um componente sujeito à morte, o soma, o corpo aparte da substância sexual e hereditária, e um imortal, justamente esse germoplasma, que serve à preservação da espécie, à reprodução. Não fazemos referência à substância viva, mas às forças que nela atuam, e fomos levados a distinguir entre dois tipos de pulsões, as que querem levar a vida à morte, e as outras, as pulsões sexuais, que sempre procuram e realizam a renovação da vida. Isso soa como um corolário dinâmico da teoria morfológica de Weismann.

A aparência de uma correspondência significativa logo se evapora assim que sabemos da resolução de Weismann quanto ao problema da morte. Pois ele só permite a separação do soma mortal e do germoplasma imortal no caso de organismos multicelulares; em animais unicelulares, o indivíduo e a célula reprodutiva ainda são uma e a mesma.^[26] Ele afirma que os unicelulares são potencialmente imortais, e a morte só ocorre nos metazoários, os pluricelulares. Aliás, essa morte dos seres vivos superiores, no entanto, é natural, uma morte por causas internas, mas não se baseia em uma propriedade original da substância viva^[27] e não pode ser entendida como uma necessidade absoluta, fundada na essência da vida.^[28] Em vez disso, a morte é um dispositivo de conveniência, um fenômeno de adaptação às condições externas da vida, porque, a partir da divisão das células do corpo em soma e em plasma germinativo, o tempo de vida indefinido do indivíduo se tornaria um luxo completamente inadequado. Com o início

dessa diferenciação entre os pluricelulares, a morte se tornou possível e conveniente. Desde então, o soma dos seres vivos superiores morre por razões internas em certos momentos, mas os protistas permaneceram imortais. A reprodução, por outro lado, não foi introduzida apenas com a morte, mas é, em vez disso, uma propriedade primordial da matéria viva, como o crescimento do qual surgiu, e a vida permaneceu contínua desde o seu início na Terra. [29]

É fácil verificar que a admissão da morte natural para os organismos superiores de pouco contribui para a nossa causa. Se a morte é uma aquisição tardia dos seres vivos, as pulsões de morte derivadas desde o início da vida na Terra não são mais consideradas. Os pluricelulares podem, então, morrer por razões internas, por deficiências de sua diferenciação ou por imperfeições de seu metabolismo; não interessa para a questão que nos preocupa. Tal concepção e derivação da morte está certamente muito mais próxima do pensamento habitual das pessoas do que a estranha proposição de “pulsões de morte”.

Segundo meu julgamento, a discussão que se seguiu às afirmações de Weismann não resultou em nada decisivo. [30] Alguns autores voltaram ao ponto de vista de Goette (1883), [31] que via a morte como resultado direto da reprodução. Hartmann não caracteriza a morte pelo surgimento de um “cadáver”, uma parte morta da substância viva, mas a define como a “conclusão do desenvolvimento individual”. Nesse sentido, os protozoários também são mortais, a morte sempre coincide com a reprodução, mas, até certo ponto, é obscurecida por ela, na medida em que toda a substância do animal progenitor pode ser transferida diretamente para os indivíduos jovens (loc. cit., p. 29).

O interesse da pesquisa logo se dirigiu aos testes experimentais da alegada imortalidade da substância viva em células individuais. Um americano, [Lorand Loss] Woodruff, criou um infusório ciliado, uma “paramécia”, que se reproduz dividindo-se em dois indivíduos, e o acompanhou até a geração 3.029, quando interrompeu o experimento, isolando a cada vez um dos produtos parciais e levando-o para a água fresca. Este último descendente da primeira paramécia era tão vívido quanto o ancestral, sem quaisquer sinais de envelhecimento ou degeneração; assim, se tais números já são

conclusivos, a imortalidade dos protistas parecia experimentalmente demonstrável.^[32]

Outros pesquisadores chegaram a resultados diferentes. Maupas, Calkins e outros descobriram, em oposição a Woodruff, que esses infusórios também se enfraquecem após certo número de divisões, diminuem de tamanho, perdem parte de sua organização e, por fim, morrem se não experimentarem certas influências revigorantes. Por isso, após uma fase de deterioração por envelhecimento, os protozoários morrem exatamente como os animais superiores, em contradição com as afirmações de Weismann, que reconhece a morte como uma aquisição tardia de organismos vivos.

Tendo em vista a combinação dessas investigações, destacamos dois fatos que parecem nos oferecer um apoio sólido. Primeiro: se animais pequenos, em um momento que ainda não mostram alterações pela idade, podem “copular” em dupla — se separando novamente depois de algum tempo —, eles são poupados do envelhecimento, ficam “rejuvenescidos”. Essa cópula certamente é a precursora da reprodução sexuada de seres superiores; não tem nada a ver com a multiplicação, se limita à mistura das substâncias de dois indivíduos (a anfimixia de Weismann). A influência renovadora da cópula também pode ser substituída por certos meios estimulantes, mudanças na composição do fluido nutritivo, aumento da temperatura ou agitações. Lembremos do famoso experimento de J. Loeb, que usou certos estímulos químicos para forçar a divisão dos ovos de ouriço-do-mar, o que, de outra forma, só ocorreria após a fecundação.

Segundo: é provável que os infusórios sejam levados à morte natural pelo próprio processo de vida, pois a contradição entre os resultados de Woodruff e de outros se baseia no fato de que Woodruff levou cada nova geração a um fluido nutritivo fresco. Quando deixou de fazê-lo, observou as mesmas mudanças do envelhecimento das gerações que os outros pesquisadores verificaram. Concluiu que os seres diminutos eram prejudicados pelos produtos do metabolismo que liberavam no fluido circundante, e, assim, foi capaz de provar de forma convincente que apenas os produtos do próprio metabolismo tinham esse efeito de levar à morte da geração. Pois, em uma solução supersaturada com detritos de uma espécie remotamente aparentada, prosperavam de maneira excelente os mesmos seres pequeninos que, empilhados em seu próprio fluido nutritivo, sem dúvida pereceriam.

Assim, deixado à sua própria sorte, o infusório sofre de morte natural pela eliminação imperfeita dos próprios produtos metabólicos; mas talvez todos os animais superiores também morram basicamente dessa mesma incapacidade.

Podemos nos perguntar, pois, se não foi de todo apropriado buscar o aspecto decisivo da questão da morte natural no estudo dos protozoários. A organização primitiva desses seres vivos pode obscurecer relações e comportamentos importantes que também existem neles, mas que podem ser reconhecidos apenas em animais superiores, nos quais obtiveram uma expressão morfológica. Se abandonarmos o ponto de vista morfológico e adotarmos o dinâmico, pode ser completamente indiferente para nós se a morte natural do protozoário pode ser comprovada ou não. Neles, a substância mais tarde reconhecida como imortal não se separou de forma alguma da mortal. As forças pulsionais que querem levar a vida à morte também podem estar ativas neles desde o início, mas seu efeito pode ser tão coberto pelo das forças de manutenção da vida que sua detecção direta se torna muito difícil. Soubemos, no entanto, que as observações dos biólogos nos permitem supor que tais processos internos levam à morte também no caso dos protozoários. Mas mesmo que eles provem ser imortais no sentido de Weismann, sua afirmação de que a morte é uma aquisição tardia se aplica apenas aos fenômenos manifestos da morte e não torna impossível uma suposição sobre os processos que levam à morte. Nossa expectativa de que a biologia eliminaria de pronto o reconhecimento das pulsões de morte não foi atendida. Poderemos continuar a nos ocupar com sua possibilidade se, de qualquer modo, tivermos motivos para fazê-lo. A notável semelhança da divisão de soma e germoplasma de Weismann com nossa separação das pulsões de morte das pulsões de vida, entretanto, se mantém e recobra seu valor.

Detenhamo-nos brevemente nessa visão rebuscadamente dualista da vida pulsional. De acordo com a teoria dos processos na matéria viva de E. Hering, dois tipos de processos em direções opostas ocorrem continuamente nela, um construtivo — anabólico —, outro degradante — catabólico. Devemos ousar reconhecer a atividade de nossos dois impulsos pulsionais, as pulsões de vida e as pulsões de morte, nessas duas direções dos processos de vida? Mas há outra coisa que não podemos deixar de lado: o fato de que entramos inesperadamente no porto da filosofia de Schopenhauer, para

quem a morte é “o resultado autêntico” e, assim, o objetivo da vida,^[33] enquanto a pulsão sexual é a incorporação da vontade de viver.

Tentemos, audazes, dar um passo adiante. Segundo o entendimento geral, a união de numerosas células para formar uma associação de vida, a pluricelularidade dos organismos, tornou-se um meio de estender a duração da vida. Uma célula ajuda a manter a vida da outra, e o agrupamento celular pode continuar a viver, mesmo que as células individuais tenham que morrer. Já sabemos que a cópula, a amálgama temporária de dois elementos unicelulares, tem um efeito de sustentação e rejuvenescimento em ambos. Assim, é possível tentar transferir a teoria da libido obtida na psicanálise para a relação entre as células e imaginar que é a vida ou são as pulsões sexuais ativas em cada célula que tomam as outras células como seu objeto, neutralizam parcialmente as pulsões de morte, ou seja, os processos por eles estimulados, e assim os mantêm vivos, enquanto outras células fazem o mesmo por elas, e outras ainda se sacrificam no exercício dessa função libidinal. As próprias células germinativas se comportariam de maneira absolutamente “narcisista”, como costumamos descrever na teoria das neuroses, quando um indivíduo inteiro retém sua libido no Eu e não a gasta em investimentos objetivos. As células germinativas precisam de sua libido, da atividade de suas pulsões vitais, para si mesmas como uma reserva para sua atividade posterior construtiva e esplêndida. Talvez as células de neoplasias malignas que destroem o organismo também possam ser declaradas narcisistas no mesmo sentido. A patologia está pronta para considerar seus germens como inatos e atribuir-lhes propriedades embrionárias. De modo que a libido de nossas pulsões sexuais coincidiria, portanto, com o Eros dos poetas e filósofos, que mantêm juntas todas as coisas vivas.

Neste ponto, encontramos a oportunidade de examinar o lento desenvolvimento de nossa teoria da libido. A análise das neuroses de transferência nos coagiu, primariamente, à oposição entre “pulsões sexuais”, que se dirigem ao objeto, e outras pulsões, que reconhecíamos de forma muito inadequada e que por ora designamos como “pulsões do Eu”. Entre elas, tivemos de reconhecer, antes de mais nada, as pulsões que servem à autopreservação do indivíduo. Não era possível saber quais outras distinções deveriam ser feitas naquele momento. Nenhum conhecimento teria sido tão importante para o estabelecimento de uma psicologia correta quanto uma

percepção aproximada da natureza comum e das possíveis particularidades das pulsões. Mas em nenhuma outra área da psicologia se tateava tanto no escuro. Todos criavam hipóteses de tantas pulsões ou “pulsões fundamentais” quanto lhes aprazia e as cultivavam como os antigos filósofos gregos faziam com seus quatro elementos: água, terra, fogo e ar. A psicanálise, que não podia prescindir de qualquer suposição que fosse sobre as pulsões, aderiu por ora à distinção popular das pulsões, para a qual as palavras “fome e amor” são exemplares. Ao menos não era um ato novo e arbitrário. Isso ajudou muito na análise das psiconeuroses. O conceito de “sexualidade” — e, com ele, o de uma pulsão sexual — teve que ser ampliado até incluir muitas coisas que não cabiam na função reprodutora, e houve escândalo o suficiente sobre essa questão no mundo rígido, nobre ou meramente hipócrita.

O passo seguinte ocorreu quando a psicanálise foi capaz de, tateando, se aproximar do Eu psicológico, que primariamente conhecia apenas como instância recalcante, com autoridade para erguer estruturas protetoras e reativas. Espíritos críticos e outros perspicazes levantaram muito tempo antes objeções quanto à restrição do conceito de libido à energia das pulsões sexuais dirigidas ao objeto. Mas tiveram o cuidado de dizer de onde tinha vindo esse entendimento melhor e não souberam como derivar daí qualquer coisa útil para a análise. Em um progresso mais deliberado, a observação psicanalítica percebeu o quanto a libido é regularmente retirada do objeto e direcionada ao Eu (introversão) e, estudando o desenvolvimento da libido da criança em suas fases iniciais, chegou à compreensão de que o Eu é o reservatório autêntico e originário da libido, que somente a partir dele se estende ao objeto. O Eu colocou-se entre os objetos sexuais e foi imediatamente reconhecido como o mais distinto deles. Quando a libido permanecia no Eu, era chamada de narcísica.^[34] Essa libido narcísica era, naturalmente, também a expressão da força das pulsões sexuais no sentido analítico, que precisamos identificar com as “pulsões de autopreservação” admitidas desde o início. Assim, a oposição originária entre as pulsões do Eu e as pulsões sexuais tornou-se insuficiente. Uma parte das pulsões do Eu foi reconhecida como libidinal; as pulsões sexuais também estavam ativas no Eu, provavelmente ao lado de outras, mas é possível dizer que a velha fórmula de que a psicose é baseada em um conflito entre as pulsões do Eu e as

pulsões sexuais não continha nada que devesse ser rejeitado hoje. A diferença entre os dois tipos de pulsão, que originalmente pretendia ser qualitativa, agora é descrita de uma forma diversa, ou seja, como *topológica*. Em particular, a neurose de transferência, o verdadeiro objeto de estudo da psicanálise, permanece sendo o resultado de um conflito entre o Eu e o investimento libidinal do objeto.

Devemos agora enfatizar ainda mais o caráter libidinal das pulsões de autopreservação, pois nos atrevemos a dar o próximo passo para reconhecer a pulsão sexual como o Eros, que tudo conserva, e derivar a libido narcísica do Eu dos aportes de libido com que as células somáticas aderem umas às outras. Mas então, repentinamente, nos encontramos diante da seguinte questão: se as pulsões de autopreservação também são de natureza libidinal, talvez não tenhamos outras pulsões além da libidinal. Pelo menos não há outras à vista. Então, seria mesmo preciso concordar, contudo, com os críticos que suspeitaram desde o início que a psicanálise explica *tudo* em termos de sexualidade, ou com inovadores, como Jung, que, no calor do momento, utilizaram libido como “força pulsional”. Não é mesmo?

Em nossas pretensões não residiria, no entanto, esse resultado. Partimos, em vez disso, de uma distinção nítida entre pulsões do Eu = pulsões de morte, e pulsões sexuais = pulsões de vida. Estávamos prontos para incluir as alegadas pulsões de autopreservação do Eu entre as pulsões de morte, mas voltamos atrás após uma retificação. Nossa concepção foi dualista desde o início e é mais nítida hoje do que antes, uma vez que não nomeamos mais a oposição de pulsões do Eu e sexuais, mas de pulsões de vida e de morte. A teoria da libido de Jung, por outro lado, é monista; o fato de ele ter chamado de libido sua única força pulsional estava fadado a causar confusão, mas não deve mais nos influenciar. Presumimos que outras pulsões além das pulsões libidinais de autopreservação estejam ativas no Eu; só deveríamos ser capazes de apontá-las. É lamentável que a análise do Eu tenha progredido tão pouco que nos fica muito difícil prová-lo. As pulsões libidinais do Eu podem, entretanto, estar ligadas de uma maneira particular a outras pulsões do Eu com que ainda não estamos familiarizados. Mesmo antes de termos reconhecido claramente o narcisismo, já havia a suposição na psicanálise de que as “pulsões do Eu” haviam atraído componentes libidinais. Mas essas são possibilidades muito incertas que os adversários dificilmente levarão em conta. Infelizmente, a análise nos permitiu indicar até agora apenas as

pulsões libidinais. Contudo, não é por isso que concordaremos com a conclusão de que não existam outras.

Considerando a atual obscuridade da teoria das pulsões, não cabe a nós rejeitarmos nenhuma ideia que possa nos fornecer uma explicação. Partimos da grande dicotomia entre as pulsões de vida e de morte. O próprio amor objetual nos mostra uma segunda polaridade desse tipo, a do amor (ternura) e do ódio (agressão). Se pudéssemos relacionar essas duas polaridades, remontar uma à outra! Faz muito tempo que reconhecemos um componente sádico da pulsão sexual;^[35] como sabemos, ela pode se tornar independente e, como uma perversão, dominar toda a aspiração sexual da pessoa. Também emerge como uma pulsão parcial dominante em uma das “organizações pré-genitais” designadas por mim. Como derivar, contudo, a pulsão sádica, que visa danificar o objeto, do Eros, que preserva a vida? Não haveria aí o pressuposto de que esse sadismo, na verdade, é um impulso de morte, afastado do Eu pela influência da libido narcísica, de modo que só aparece no objeto? Ele, então, surge a serviço da função sexual; no estágio oral da organização da libido, o domínio do amor coincide com a destruição do objeto; mais tarde, a pulsão sádica se separa e, por fim, no nível da primazia genital, para fins de reprodução, assume a função de dominar o objeto sexual, na medida em que o ato sexual exige. Sim, pode-se dizer que o sadismo expulso do Eu apontou o caminho aos componentes libidinais da pulsão sexual; mais tarde, estes são impelidos ao objeto. Onde o sadismo originário não é moderado e fundido, se produz a conhecida ambivalência entre amor e ódio da vida amorosa.

Se for permitido fazer uma suposição como essa, então estaria satisfeita a exigência de se mostrar um exemplo de pulsão de morte, ainda que postergado. Só que essa concepção está longe de qualquer clareza e causa até mesmo uma impressão mística. Somos suspeitos de ter buscado nos esquivar a qualquer custo de um grande constrangimento. Então, podemos alegar que tal suposição não é nova, que a fizemos antes, quando não se falava de constrangimento nenhum. As observações clínicas da época nos conduziram à concepção de que a pulsão parcial do masoquismo, complementar ao sadismo, deve ser entendida como um retorno do sadismo ao próprio Eu.^[36] Uma volta da pulsão do objeto ao Eu nada mais é, em princípio, do que a volta do Eu ao objeto, volta que está em questão aqui

como algo novo. O masoquismo, a volta da pulsão contra o próprio Eu, seria, então, na realidade, um retorno a uma fase anterior dela, uma regressão. A exposição sobre o masoquismo dada naquela época precisaria ser corrigida em um ponto, por ser exclusiva demais; o masoquismo poderia, o que eu quis contestar ali, ser também primário.^[37]

Mas voltemos às pulsões sexuais que preservam a vida. Já aprendemos com pesquisas sobre protistas que a fusão de dois indivíduos sem divisão subsequente, a cópula, tem um efeito fortalecedor e rejuvenescedor em ambos, que logo se separam um do outro. (Vide Lipschütz acima.) Eles não mostram sinais de degeneração nas gerações futuras e parecem ser aptos a suportar os efeitos nocivos do próprio metabolismo por mais tempo. Acho que essa observação pode ser tomada como um modelo para o efeito da união sexual também. Mas de que maneira a fusão de duas células pouco diferentes provoca essa renovação da vida? A tentativa de substituir a cópula no protozoário pela ação de estímulos químicos, até mesmo mecânicos (loc. cit.), permite que uma resposta segura seja dada: acontece por meio da introdução de novas grandezas de estímulos. Isso está bastante de acordo, contudo, com a hipótese de que o processo de vida do indivíduo leva, por razões internas, à equalização das tensões químicas, ou seja, à morte, enquanto a união com uma substância viva individualmente diferente aumenta essas tensões, introduzindo, por assim dizer, novas *diferenças vitais*, que então precisam *falecer*. É claro que deve haver um *optimum* ou mais no tocante a essa diferença. O fato de termos reconhecido como tendência dominante da vida psíquica, talvez da vida nervosa em geral, o esforço pela redução, manutenção constante e eliminação da tensão interna do estímulo (o *princípio do Nirvana*, segundo uma expressão de Barbara Low), conforme expresso no princípio do prazer, é um dos nossos motivos mais fortes para acreditar na existência das pulsões de morte.

Como uma perturbação sensível de nossa linha de pensamento, no entanto, ainda sentimos que não podemos provar aquele caráter de compulsão à repetição, exatamente com relação à pulsão sexual, que primeiro nos levou a detectar as pulsões de morte. O campo dos processos de desenvolvimento embrionário é de fato abundante em tais fenômenos repetitivos, as duas células germinativas da reprodução sexual e sua história de vida são elas mesmas apenas repetições dos primórdios da vida orgânica;

mas o essencial sobre os processos pretendidos pela pulsão sexual é a fusão de dois corpos celulares. Somente por meio disso é garantida a imortalidade da substância viva nos seres vivos superiores.

Em outras palavras: devemos obter informações sobre o surgimento da reprodução sexual e a origem das pulsões sexuais em geral, tarefa que pode assustar quem não é dessa área, e mesmo os próprios pesquisadores especializados ainda não puderam solucionar. Vamos destacar, por isso, da forma mais condensada, todas aquelas afirmações e opiniões conflitantes que permitem uma conexão com nossa linha de pensamento.

Uma concepção despoja do problema da reprodução seu estímulo misterioso ao apresentá-la como um fenômeno parcial de crescimento (multiplicação por divisão, germinação, gemação). O surgimento da reprodução por meio de células germinativas sexualmente diferenciadas pode ser imaginado de acordo com a maneira darwiniana sóbria de pensar de que a vantagem da anfimixia, resultada certa vez da cópula contingente de dois protistas, persistiu e continuou a ser aproveitada na evolução posterior.^[38] O “sexo”, portanto, não seria muito antigo, e as pulsões extraordinariamente violentas que querem provocar a união sexual repetem algo que aconteceu certa vez por contingência e que desde então se fixou como algo vantajoso.

Aqui, novamente, a questão é se não se deve aceitar nada mais no caso dos protistas, como no da morte, além do que eles mostram, e se podemos supor que forças e processos que apenas se tornam visíveis em seres vivos superiores emergiram primeiro também neles. A concepção de sexualidade mencionada contribui muito pouco para nossos propósitos. Será possível objetar que ela pressupõe a existência de pulsões de vida que já atuam no ser vivo mais simples, porque, de outra forma, a cópula, que contraria o curso da vida e torna mais difícil a tarefa de perecer, não teria sido mantida e desenvolvida, mas sim evitada. Caso, portanto, não se queira deixar de lado a hipótese das pulsões de morte, deve-se associá-las às pulsões de vida desde o início. Mas temos que admitir que trabalhamos aí em uma equação com duas incógnitas. É tão pouco o que encontramos na ciência sobre a origem da sexualidade que se pode comparar esse problema a uma escuridão na qual não penetrou nem mesmo o raio de luz de uma hipótese. Encontramos tal hipótese, contudo, em um lugar completamente diferente; ela é, porém, de

um tipo tão fantástico — certamente mais um mito que uma explicação científica — que eu não me atreveria a citá-la aqui se não cumprisse exatamente uma condição a que aspiramos atender. Ele deriva, a saber, uma pulsão *da necessidade de restauração de um estado anterior*.

Estou falando, é claro, o seguinte: da teoria que Platão fez Aristófanes desenvolver no *Simpósio* e que não trata apenas da origem da pulsão sexual, mas também de sua variação mais importante em relação ao objeto.^[39]

“A natureza humana já foi muito diferente. Originalmente eram três sexos, três, e não dois como hoje: ao lado do masculino e do feminino vivia um terceiro gênero, que tinha uma participação igual nos dois primeiros...” Mas tudo nessas pessoas era duplo, então tinham quatro mãos e quatro pés, duas faces, genitais duplos etc. Zeus foi persuadido a dividir todo ser humano em duas partes, “como se corta as peras ao meio para fervê-las... Como, dessa forma, tudo na natureza havia sido dividido, cada pessoa ansiava pela sua outra metade, e as duas metades se abraçavam e entrelaçavam os corpos, desejando crescer novamente juntas...”^[40]

Devemos, seguindo a sugestão do filósofo-poeta, ousar supor que a substância viva, quando foi animada, se dividiu em pequenas partículas que desde então se esforçam para se reunir por meio das pulsões sexuais? Que essas pulsões, nas quais a afinidade química da matéria inanimada continua, superam gradativamente as dificuldades através do reino dos protistas, que um ambiente carregado de estímulos ameaçadores da vida se opõe a esse esforço, que os obriga a formar uma camada cortical protetora? Que essas partículas dispersas de substância viva alcançam a multicelularidade dessa forma e, por fim, transmitem o desejo de reunir-se às células germinativas na concentração máxima? Acredito que este seja o ponto em que devemos parar.

Mas não sem acrescentarmos algumas palavras de reflexão crítica. É possível que me perguntem se e em que medida estou convencido dos pressupostos desenvolvidos aqui. Minha resposta seria que não estou convencido nem peço que outros acreditem neles. Para ser mais exato: não sei até que ponto acredito neles. Parece-me que o fator afetivo de convicção não precisa ser considerado aqui de maneira alguma. É possível entregar-se a uma linha de pensamento, persegui-la até onde for possível, apenas por curiosidade científica ou, se quiser, como *advocatus diaboli*, que não vendeu a

alma ao diabo por isso. Não deixo de reconhecer que o terceiro estágio da teoria das pulsões que aqui empreendo não pode reivindicar a mesma certeza dos dois que o precedem, a expansão do conceito de sexualidade e o pressuposto do narcisismo. Essas inovações foram traduções diretas da observação em teoria, sem maiores fontes de erro do que é inevitável em todos esses casos. A afirmação do caráter *regressivo* das pulsões, no entanto, também se baseia em material observado, ou seja, nos fatos da compulsão à repetição. Mas talvez eu tenha superestimado seu significado. Em todo caso, a implementação dessa ideia só é possível ao se combinar o factual com o que foi simplesmente pensado, várias vezes em sucessão, e, assim, distanciar-se da observação. Sabe-se que, quanto mais frequentemente isso for feito durante a composição de uma teoria, menos confiável será o resultado final; este grau de incerteza, contudo, não pode ser verificado. É possível se dar bem ou se equivocar de forma vergonhosa. Nesse tipo de trabalho, não confio na chamada intuição; o que soube dela me pareceu o resultado de certa imparcialidade do intelecto. Só que, infelizmente, é raro sermos imparciais quando se trata das coisas últimas, os grandes problemas da ciência e da vida. Acredito que todo mundo é dominado por preferências profundamente enraizadas, que cada um involuntariamente manipula a seu favor com sua especulação. Com tão boas razões para desconfiar, não resta outra possibilidade além de se ter benevolência fria frente aos resultados de seus próprios esforços de pensamento. Apresso-me em acrescentar, antes de continuar, apenas que tal autocrítica de forma alguma obriga alguém a ser particularmente tolerante com opiniões divergentes. Pode-se rejeitar implacavelmente as teorias que os primeiros passos na análise da observação contradizem, e ainda assim saber que a correção daquelas que se defende é apenas provisória. Ao avaliar nossa especulação sobre as pulsões de vida e morte, nos incomodaria pouco que apareçam tantos processos estranhos e imprevisíveis, como a maneira que uma pulsão é expulsa por outras, ou passa do Eu para o objeto etc. Isso se dá pelo fato de que somos compelidos a trabalhar com termos científicos, isto é, com a linguagem figurada da psicologia (ou melhor, da psicologia profunda). Caso contrário, não seríamos capazes de descrever tais processos; na verdade, nem os teríamos notado. As falhas de nossa descrição provavelmente desapareceriam se pudéssemos usar termos fisiológicos ou químicos em vez de termos

psicológicos. Eles pertencem apenas a uma linguagem figurada, mas que nos é familiar há muito tempo e que talvez também seja mais simples.

Em contrapartida, queremos deixar bem claro que a incerteza de nossa especulação foi aumentada em alto grau pela necessidade de fazer empréstimos da ciência biológica. A biologia é verdadeiramente um campo de possibilidades ilimitadas; podemos esperar as explicações mais surpreendentes dela e não conseguiríamos adivinhar, algumas décadas depois, quais respostas daria às perguntas que fizemos. Talvez precisamente aquelas que destruirão toda a nossa construção artificial de hipóteses-. Em caso afirmativo, talvez se pergunte: para que se empreender trabalhos como o desta seção e por que publicá-los? Bem, não posso negar que algumas das analogias, conexões e correlações aqui encontradas me pareciam dignas de consideração.^[41]

VII

Se realmente for um caráter universal das pulsões querer a restauração de um estado anterior, não podemos nos admirar que tantos processos ocorram na vida psíquica de forma independente do princípio do prazer. Esse caráter seria comunicado a todas as pulsões parciais e, em seu caso, estaria relacionado à retomada de determinado estágio no caminho do desenvolvimento. Mas tudo aquilo sobre o que o princípio do prazer ainda não adquiriu qualquer poder não necessita se opor a ele, e a tarefa de determinar o comportamento dos processos pulsionais de repetição em relação ao domínio do princípio do prazer ainda não foi resolvida.

Nós reconhecemos como umas das funções mais antigas e importantes do aparelho psíquico as de “ligar” os impulsos pulsionais que lhe chegam, substituir o processo primário dominante pelo processo secundário, transformar sua energia de investimento livre e móvel em predominantemente em repouso (tônico). Durante essa conversão, não se pode considerar o desenvolvimento do desprazer, pois o princípio do prazer não é suspenso por ele. Em vez disso, a conversão acontece para servir ao princípio do prazer; a ligação é um ato preparatório que inicia e assegura o domínio do princípio do prazer.

Separemos função e tendência de uma forma mais nítida do que fizemos até o momento. O princípio do prazer é, então, uma tendência que está a serviço de uma função responsável por deixar o aparelho psíquico completamente sem excitação alguma ou por manter constante ou tão baixa quanto possível a quantidade de excitação nele. Ainda não conseguimos decidir absolutamente por nenhuma dessas versões, mas notamos que a função assim determinada teria uma participação na mais universal aspiração de todos os seres vivos de retornar ao repouso do mundo inorgânico. Nós todos aprendemos que o maior prazer que podemos alcançar, o do ato sexual, está relacionado à cessação momentânea de uma excitação elevada. A ligação do impulso pulsional seria, entretanto, uma função preparatória que deveria apresentar a excitação para sua finalização no prazer da descarga.

No mesmo contexto, surge a questão de saber se as sensações de prazer e desprazer podem ser produzidas da mesma maneira seja pelos processos de excitação ligados, seja pelos não ligados. Parece, então, não haver dúvida de que os processos não ligados, os primários, resultam em sensações muito mais intensas em ambas as direções do que as dos ligados, os do processo secundário. Os processos primários também são temporalmente anteriores; no início da vida psíquica não há outros, e podemos concluir que, se o princípio do prazer já não estivesse em vigor neles, não poderia ser criado de forma alguma nos posteriores. Chegamos, assim, ao resultado, que, no fundo, não é fácil, de que a busca pelo prazer no início da vida psíquica se expressa muito mais intensamente do que depois, mas não de modo tão incondicional; tem de suportar rompimentos frequentes. Em tempos mais maduros, o domínio do princípio do prazer é muito mais garantido, mas, como outras pulsões, não se furta a ser domado. De qualquer forma, aquilo que dá origem às sensações de prazer e desprazer no processo de excitação deve estar presente tanto no processo secundário quanto no processo primário.

Aqui seria o momento de dar início a novos estudos. Nossa consciência nos transmite, desde o interior, não apenas as sensações de prazer e desprazer, mas também de uma tensão peculiar que pode ser prazerosa ou desprazerosa. São, então, esses processos de energia ligados e não ligados que devemos distinguir uns dos outros por meio dessa sensação, ou será que a sensação de tensão está relacionada à grandeza absoluta, eventualmente

ao nível de investimento, enquanto a série prazer-desprazer aponta para a mudança no tamanho do investimento na unidade de tempo? Devemos também notar que as pulsões de vida têm muito mais a ver com nossa percepção interior, uma vez que aparecem como perturbadoras da paz, trazendo consigo tensões constantes, cuja finalização é percebida como prazer, enquanto as pulsões de morte parecem fazer seu trabalho com discrição. O princípio do prazer parece estar a serviço das pulsões de morte; no entanto, também zela pelos estímulos externos, que são avaliados como perigosos pelos dois tipos de pulsões, mas principalmente pelo aumento dos estímulos internos, que dificultam a tarefa da vida. Aqui se conectam inúmeras outras questões, cujas respostas atualmente são impossíveis de obter. É preciso ter paciência e esperar por mais recursos e oportunidades de pesquisa. Também se deve ter preparação para abandonar um caminho que vem sendo trilhado por um tempo caso ele pareça não levar a nada de útil. Somente aqueles crédulos, que exigem da ciência um substituto para o catecismo abandonado, serão capazes de se ressentir do pesquisador pelo desenvolvimento ou mesmo pela reformulação de seus pontos de vista. A propósito, um poeta (Rückert, nos *Macamas*, de Hariri) pode nos confortar quanto ao lento progresso de nosso conhecimento científico:

“O que não se consegue voando, pode-se alcançar claudicando.
As Escrituras dizem que não é pecado claudicar.”

SOBRE O AUTOR

Sigmund Freud nasceu em 1856 na cidade de Freiberg, à época do Império Austríaco (hoje Příbor, na República Tcheca), em uma família judia que, em 1859, passou a residir em Viena. Nessa cidade, viveu a maior parte da vida, mas se viu forçado a deixá-la devido à perseguição nazista. Formou-se em medicina pela Universidade de Viena em 1885 e logo conquistou uma bolsa de estudos como aluno do neurologista Jean Martin Charcot, em Paris.

Em parceria com o médico vienense Joseph Breuer, publicou em 1895 *Estudos sobre a histeria*, um marco para a psicanálise. Em 1907 uniu-se a Eugen Bleuler e C.G. Jung, intensificando suas investigações, mas, anos depois, cortou relações com Jung, e com toda a escola de Zurique. Em 1899 publicou um dos seus mais importantes estudos, *A interpretação dos sonhos*, seguido de outros textos fundamentais como *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901), *Três estudos sobre a teoria da sexualidade* (1905), *Totem e tabu* (1912), *Além do princípio do prazer* (1920), *O mal-estar na civilização* (1929), *Moisés e a religião monoteísta* (1939), entre outros. Autor de obra vasta e heterogênea, morreu em 1939, em Londres, vítima de câncer.

DIREÇÃO EDITORIAL

Daniele Cajueiro

EDITOR RESPONSÁVEL

André Seffrin

PRODUÇÃO EDITORIAL

Adriana Torres

Laiane Flores

Juliana Borel

REVISÃO DE TRADUÇÃO

Gabriel Salvi Philipson

REVISÃO TÉCNICA

Cynthia Azevedo

REVISÃO

Mariana Oliveira

PROJETO GRÁFICO

Rafael Nobre

DIAGRAMAÇÃO

Douglas Kenji Watanabe

PRODUÇÃO DE EBOOK

S2 Books

[01]¹ Alusão ao poema “Der Asra”, de Heinrich Heine, lançado em 1851. (N.T.)

[02] Vol. II, 1913. (O retorno infantil do totemismo) (N.A.)

[03] Vol. I., 1912, Tabu e ambivalência. E *Totem e tabu*. (N.A.)

[04] Do poema “Der Scheidend” [Aquele que parte], de Heinrich Heine, *Nachgelesene Gedichte*, 1845-1856. (N.T.)

[05] O brilhante raciocínio de Frazer, vol. III. p. 377. (N.A.)

[06] Sobre “Onipotência dos Pensamentos”, vol. III. 1913. (N.A.)

[07] Para esta tradução, utilizamos o texto da 2.^a edição, de 1921. (N.T.)

[08]². Cf. *Zur Psychoanalyse der Kriegsneurosen* [A psicanálise das neuroses de guerra], com contribuições de Ferenczi, Abraham, Simmel e Jones. Tomo I da Biblioteca Psicanalítica Internacional, 1919. (N.A.)

[09]³. O substantivo “*Angst*”, comumente traduzido como “medo”, tem também sido traduzido como “angústia” e “ansiedade”, pois Freud faz a diferenciação da palavra em algumas obras, principalmente quando aliados aos termos *Schreck* (terror) e *Furcht* (temor). O *Dicionário comentado do alemão de Freud*, de L. Hanns, traz um verbete inteiro de “*Angst*”, explicando como outras traduções também influenciam a interpretação da palavra. Aqui, optamos por usar “angústia” para diferenciar de outros termos. (N.T.)

[10] Esta interpretação foi então completamente confirmada por uma observação posterior. Um dia, quando a mãe esteve ausente por muitas horas, ela foi saudada com a seguinte mensagem quando voltou: *Bebi o-o-o-o!*, que a princípio permaneceu incompreensível. Logo se descobriu, porém, que, durante essa longa solidão, a criança encontrou um meio de se fazer desaparecer. Descobrira sua imagem no espelho que chegava quase até o chão e depois se agachava de modo que a imagem refletida “desaparecia”. (N.A.)

[11] Quando a criança tinha cinco anos e nove meses, a mãe faleceu. Agora que ela realmente tinha “ido embora” (o-o-o-o), o menino não demonstrou luto pela mãe. Nesse ínterim, porém, nasceu um segundo filho, o que despertou nele os maiores ciúmes. (N.A.)

[12] Cf. “Uma recordação da infância em *Poesia e verdade*”. *Imago*, V / 4, *Sammlung kleiner Schriften zur Neurosenlehre* [Coleção de Escritos Breves sobre a Teoria das Neuroses], Série IV. (N.A.)

[13] Cf. *Zur Technik der Psychoanalyse II. Erinnern, Wiederholen und Durcharbeiten*. [Técnica da Psicanálise II. Recordar, repetir e elaborar] *Sammlung kleiner Schriften zur Neurosenlehre*, Série IV, S. 441, 1918. (N.A.)

[14] Marcinowski, *Die erotischen Quellen der Minderwertigkeitsgefühle*. [As fontes eróticas dos sentimentos de inferioridade] *Zeitschrift für Sexualwissenschaft*, IV, 1918. (N.A.)

[15] Cf. os comentários relevantes no ensaio de C. G. Jung em *Die Bedeutung des Vaters für das Schicksal des Einzelnen*. [A significação do pai para o destino do indivíduo] *Jahrbuch für Psychoanalyse*, I, 1909. (N.A.)

- [16] Segundo a discussão de J. Breuer, na seção teórica de *Estudos sobre a histeria*, 1895. (N.A.)
- [17] *Estudos sobre histeria* por J. Breuer e S. Freud, 3.^a edição inalterada, 1917. (N.A.)
- [18] Cf. “As pulsões e os destinos das pulsões.” *Sammlung kleiner Schriften zur Neurosenlehre* [Coleção de Escritos Breves sobre a Teoria das Neuroses], IV, 1918. (N.A.)
- [19] *Psicanálise das neuroses de guerra*. Introdução. Internationale Psychoanalytische Bibliothek, n. 1, 1919. (N.A.)
- [20] Cf. a Seção VII, “Psicologia dos processos oníricos” em meu *A interpretação dos sonhos*. (N.A.)
- [21] Não tenho dúvidas de que conjecturas semelhantes sobre a natureza das “pulsões” já foram expressas repetidamente. (N.A.)
- [22] Cf., aliás, a posterior correção desta concepção extrema das pulsões de autopreservação. (N.A.)
- [23] Ferenczi chegou à possibilidade da mesma concepção por outro caminho (“Entwicklungsstufen des Wirklichkeitssinnes” [Estágios de desenvolvimento do sentido da realidade], *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse*, I, 1913): “Se essa linha de pensamento for acompanhada de forma coerente, é preciso se familiarizar com a ideia de uma tendência à teimosia ou à regressão dominante na vida orgânica, enquanto a tendência para um maior desenvolvimento, adaptação etc. só ganha vida em resposta a estímulos externos” (p. 137). (N.A.)
- [24] *Über die Dauer des Lebens* [Sobre a duração da vida], 1882; *Über Leben und Tod* [Sobre a vida e a morte], 1892; *Das Keimplasma* [O plasma germinativo], 1892, entre outros. (N.A.)
- [25] *Über Leben und Tod*, 2. ed. 1892, p. 20. (N.A.)
- [26] *Dauer des Lebens*, p. 38. (N.A.)
- [27] *Leben und Tod*, 2. ed., p. 67. (N.A.)
- [28] *Dauer des Lebens*, p. 33. (N.A.)
- [29] *Über Leben und Tod*, Conclusão. (N.A.)
- [30] Cf. Max Hartmann, *Tod und Fortpflanzung* [Morte e reprodução], 1906; Alexander Lipschütz, *Warum wir sterben* [Por que morremos], Kosmosbücher, 1914; Franz Doflein, *Das Problem des Todes und der Unsterblichkeit bei den Pflanzen und Tieren* [O problema da morte e da imortabilidade em plantas e animais], 1919. (N.A.)
- [31] Freud refere-se aqui a Alexander Goette e à sua obra, *Über den Ursprung des Todes* [Sobre a origem da morte], de 1883. (N.T.)
- [32] Para isso e o seguinte, cf. Lipschütz, loc. cit., p. 26, p. 52 e seguintes. (N.A.)
- [33] “Über die anscheinende Absichtlichkeit im Schicksale des Einzelnen” [Sobre a aparente intencionalidade no destino do indivíduo], *Großherzog Wilhelm Ernst-Ausgabe*, v. IV, p. 268. (N.A.)

[34] “Introdução do narcisismo”, *Jahrbuch der Psychoanalyse*, VI, 1914, e *Sammlung kleiner Schriften zur Neurosenlehre*, Série IV, 1918. (N.A.)

[35] *Três ensaios de uma teoria da sexualidade*, 1.^a ed., 1905. (N.A.)

[36] Cf. *Teoria da sexualidade*, 4.^a ed., 1920, e “As pulsões e os destinos das pulsões”, em *Sammlung kleiner Schriften*, Série IV. (N.A.)

[37] Em um trabalho rico em conteúdo e pensamento, mas infelizmente não totalmente claro para mim, Sabina Spielrein antecipou boa parte dessa especulação. Ela descreve o componente sádico da pulsão sexual como “destrutivo”. (*Die Destruktion als Ursache des Werdens* [A destruição como causa do devir] *Jahrbuch für Psychoanalyse*, IV, 1912.) Ainda de outra maneira, A. Stärcke (*Inleiding by de vertaling, von S. Freud, De sexuele beschavingsmoral etc.* [Introdução à tradução de “A moral sexual civilizada” etc. de Freud], 1914) procurou identificar o próprio conceito de libido com o conceito biológico teoricamente suposto de uma *pulsão para a morte*. (cf. também Rank, *Der Künstler* [O artista].) Todos esses esforços mostram, como aqueles no texto, a necessidade de um esclarecimento na teoria das pulsões que ainda não foi alcançado. (N.A.)

[38] Embora Weismann (*Das Keimplasma*, 1892) também negue essa vantagem: “A fecundação de forma alguma significa um rejuvenescimento ou renovação da vida, não é de forma alguma necessária para a continuação da vida, nada mais é do que um artifício para tornar possível a mistura de duas tendências hereditárias diferentes.” Mas ele considera como efeito de tal mistura o aumento da variabilidade dos seres vivos. (N.A.)

[39] Tradução de Rudolf Kassner. (N.A.)

[40] Devo ao prof. Heinrich Gomperz (Viena) as seguintes indicações sobre a origem do mito platônico, algumas das quais reproduzo em suas palavras: Gostaria de chamar sua atenção para o fato de que essencialmente a mesma teoria também pode ser encontrada nos Upanixades. Porque no Brihad-Āranyaka-Upanixade I, 4, 3 (Deussen, *60 Upanishads des Veda*, p. 393), em que é descrito o surgimento do mundo a partir do Ātman (o Si-mesmo ou Eu), se lê: “Mas ele (o Ātman, o Si-mesmo ou o Eu) também não tinha alegria; por isso ninguém tem alegria quando está sozinho. Então, ele ansiou pelo segundo. Ou seja, ele era tão grande quanto uma mulher e um homem quando estão abraçados. Ele se dividiu em duas partes: delas emergiram marido e mulher. É por isso que este corpo é, por assim dizer, uma metade do Si-mesmo, como explicou Tajñavalkya. É por isso que este espaço vazio é preenchido aqui pela mulher.”

O Brihad-Āranyaka-Upanixade é o mais antigo de todos os Upanixades e provavelmente não é definido por nenhum pesquisador perspicaz depois de aproximadamente o ano 800 a.C. Em oposição à opinião prevalecente, eu não desejaria negar a questão de se a dependência de Platão, ainda que indireta, dessas ideias indianas seria possível, uma vez que tal possibilidade não pode ser negada pela doutrina da transmigração das almas. Tal dependência, inicialmente mediada por pitagóricos, dificilmente teria retirado a importância dessa coincidência conceitual, uma vez que Platão não teria adotado como sua uma história da tradição oriental que de alguma maneira chegou a ele, muito menos atribuiria a ela uma posição tão importante se não fosse para ele mesmo uma verdade.

Em um escrito de K. Ziegler, “Menschen- und Weltenwerden” [O devir dos homens e do mundo] (*Neue Jahrbücher für das klassische Altertum*, v. 31, ed. especial de 1913), que trata sistematicamente de pesquisar o pensamento em questão antes de Platão, remonta a ideias babilônicas. (N.A.)

[41] Aqui estão algumas palavras para esclarecer nossa terminologia, que sofreu algum desenvolvimento no curso dessas discussões. Sabíamos o que são “pulsões sexuais” em virtude da relação com os sexos e com a função reprodutiva. Mantivemos, então, esse nome quando fomos compelidos pelos resultados da psicanálise a reduzir sua relação com a procriação. Com o estabelecimento da libido narcísica e a expansão do conceito de libido para as células individuais, a pulsão sexual se transformou em Eros, que busca pressionar as partes da substância viva para que se juntem e procura mantê-las juntas, e as chamadas pulsões sexuais apareceram como a parte voltada ao objeto desse Eros. A especulação permite então que esse Eros trabalhe desde o início da vida e, como “pulsão de vida”, se opõe à “pulsão de morte”, que surgiu por meio da animação do inorgânico. Ela tenta resolver o enigma da vida pela suposição dessas duas pulsões que lutam uma com a outra desde o início. Talvez seja mais confusa a mudança que sofreu o conceito de “pulsões do Eu”. Originalmente, nomeamos todos os direcionamentos pulsionais, desconhecidos por nós, que podem ser separados das pulsões sexuais dirigidas ao objeto, e opusemos as pulsões do Eu com as pulsões sexuais, que são expressas na libido. Posteriormente, abordamos a análise do Eu e reconhecemos que algumas das “pulsões do Eu” também são de natureza libidinal, que tomaram o próprio Eu como objeto. Essas pulsões de autopreservação narcísicas tinham de ser adicionadas às pulsões sexuais libidinais. A oposição entre as pulsões do Eu e as pulsões sexuais se transformou na oposição entre o Eu e as pulsões objetais, ambos de natureza libidinal. Em seu lugar, entretanto, surgiu uma nova oposição entre as pulsões libidinais (do Eu e do objeto) e outras que devem ser estabelecidas no Eu e talvez se revelem nas pulsões de destruição. A especulação transforma essa oposição naquela entre pulsões de vida (Eros) e pulsões de morte. (N.A.)